



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS
EUROPEUS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

**UM ESTUDO DO IMPACTO DO IDE CHINÊS
NA ECONOMIA BRASILEIRA**

CLEÓFAS ADRIANO MIRANDA CARDOSO

MARÇO - 2015



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS
EUROPEUS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

**UM ESTUDO DO IMPACTO DO IDE CHINÊS
NA ECONOMIA BRASILEIRA**

CLEÓFAS ADRIANO MIRANDA CARDOSO

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR JOAQUIM RAMOS SILVA

MARÇO - 2015

Agradecimentos

A realização desta dissertação não teria sido possível sem a contribuição de algumas pessoas, das quais expresso aqui, meus agradecimentos.

Primeiramente agradeço à minha mãe e irmãs, pelo incentivo e apoio desde o início desta longa caminhada em Portugal. Aos meus amigos e familiares que de alguma forma contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão desta dissertação. Sem o vosso apoio, eu não teria chegado até aqui.

Agradeço ainda ao Prof. Doutor Joaquim Ramos Silva, não somente pelos conhecimentos transmitidos na sala de aula, juntamente com os demais professores do ISEG, mas também por ter contribuído de forma significativa na realização deste trabalho, pela disponibilidade apresentada e conhecimentos transmitidos, que foram fundamentais para meu crescimento acadêmico.

Aos meus colegas do ISEG que sempre me receberam muito bem e aos novos amigos que fiz durante este período em Portugal, no qual pude dividir minhas angústias e multiplicar os momentos de alegria, que possibilitaram que esta experiência fosse ainda melhor.

Resumo

O presente trabalho busca apresentar, de forma empírica, o impacto do IDE chinês na economia brasileira, ao analisar o contexto histórico das teorias de IDE, as relações comerciais entre o Brasil e a China, o padrão de comércio bilateral, o modo de ingresso do IDE e, finalmente, os setores da economia que mais recebem investimentos chineses. Em seguida, procurou-se avaliar em que medida existem benefícios em curto, médio ou longo prazo ao Brasil, além de medidas para delimitar e regular a forma de investimento direto estrangeiro de forma a obter maiores benefícios.

Palavras-chave: Investimento direto estrangeiro (IDE), Brasil, China, relações comerciais.

Abstract

The present work aims to present, empirically, the impact of Chinese FDI in the Brazilian economy, to analyze the historical context of FDI theories, the trade relations between Brazil and China, the pattern of bilateral trade, FDI entry modes, and, finally, the economic sectors that receive more Chinese investment. Then, an evaluation of the benefits of Chinese FDI in Brazil is carried out, within a perspective of short, medium and long term, and measures to define and regulate foreign direct investment were raised in order to derive greater benefits.

Keywords: Foreign Direct Investment (FDI), Brazil, China, trade relationships.

ÍNDICE

1 – Introdução.....	2
1.1 – A contextualização do tema	2
2 – A pergunta da pesquisa	6
2.1 – A justificativa e a relevância do estudo	6
2.2 – A metodologia do trabalho	8
2.3 – O marco teórico	9
3 – As relações comerciais entre Brasil e China.....	13
3.1 – O comércio.....	13
3.2 – A pauta das exportações.....	15
3.3 – A pauta das importações.....	17
4 – Os investimentos chineses no Brasil	21
4.1 – Os determinantes da entrada dos investimentos chineses no Brasil.....	22
4.2 – O modo de ingresso dos investimentos chineses no Brasil.....	25
4.3 – A distribuição setorial dos projetos de investimento chinês no Brasil.....	27
5 - Em busca de novas direções qualitativas para as relações de investimento entre o Brasil e a China	31
5.1 – Os benefícios decorrentes do IDE	31
5.2 – O impacto do IDE no crescimento da economia brasileira	32
5.3 – Os centros de P&D no Brasil: uma agenda para atrair investimentos	33
5.4 – As potencialidades brasileiras: o IDE e as exportações	35
6 – Análise dos resultados da pesquisa, sugestões e conclusões	38
Referências bibliográficas	44
Anexos – Tabelas e Gráficos	48

Lista de Siglas e Abreviaturas

ADBC – Agriculture Development Bank of China

BACEN – Banco Central do Brasil

BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China

CAST – Chinese Academy of Space Technology

CBERS – China-Brazil Earth Resources Satellite

CDB – China Development Bank

CEBC – Conselho Empresarial Brasil-China

CHEXIM – Export-Import Bank of China

CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

CKD – Complete Knock-Down

CNI – Confederação Nacional da Indústria

EMNs – Empresas Multinacionais

FIESP – Federação da Indústria do Estado de São Paulo

FUNCEX – Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior

IAF – International Accreditation Forum

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

ILAC – International Laboratory Accreditation Cooperation

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI – Imposto sobre Produto Industrializados

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MOFCOM – Ministry of Commerce People’s Republic of China

OECD – Organization for Economic Co-operation and Development

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

RFB – Receita Federal do Brasil

TI – Tecnologia da Informação

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development

USA – United States of America

WIR – World Investment Report

WTO - World Trade Organization

1 – Introdução

1.1 – A contextualização do tema

O crescimento da economia chinesa nas últimas décadas vem alterando o panorama da economia mundial. Seu crescimento baseia-se nas exportações de produtos industrializados, e levou o país a ocupar a posição de segunda maior economia mundial, atrás somente dos USA. O crescimento do IDE chinês no mundo coincide com a sua entrada na WTO em 2001, quando ele passou a integrar a política “*Going Global*”, realizando mudanças em suas políticas comerciais, visando a liberalização comercial, de investimentos e regimes financeiros (OECD, 2008).

O crescimento da economia chinesa, principalmente a partir dos anos 80, tornou-se objeto de diversos estudos. O seu forte crescimento possibilitou, ainda, o aumento da literatura econômica.

Holland & Barbi (2010) destacam que, entre as causas possíveis deste desempenho extraordinário, encontra-se a adoção de uma taxa de câmbio real efetiva competitiva. Alvo de recorrentes críticas especializadas, em particular de porta-vozes das economias ocidentais, a China mantém a taxa de câmbio fortemente competitiva tanto diante do dólar americano quanto diante de uma cesta de moedas por todas as últimas três décadas. No mesmo período, a China apresentou crescimento médio de 10% a.a. emergindo no plano mundial. Por isso, tornou-se importante estudar as relações dela com outros territórios, seu desenvolvimento econômico, sua política comercial e os investimentos diretos estrangeiros.

O crescimento exponencial chinês e o seu papel de maior exportador mundial deram possibilidade a excedentes comerciais com a maioria de seus parceiros, além de

elevadas reservas cambiais que atingiram US\$ 3,4 trilhões em 2013¹ – aproximadamente o tamanho da economia alemã² – conforme gráfico em anexo 1. Como a China possui excedentes, parte desses recursos é utilizada na compra de títulos do Tesouro Americano e outra parte significativa é reinvestida nas empresas nacionais – que se internacionalizam por meio do IDE. Desse modo, boa leva dos recursos foi utilizada para investir em produções no exterior que correspondem às demandas internas.

Quanto ao Brasil, notou-se o estreitamento das relações econômicas com a China, porque esta ocupa atualmente a posição de maior exportador e importador dos produtos brasileiros, posição antes ocupada pelos USA, por isso as relações de investimento exercem forte impacto sobre as relações comerciais entre China e Brasil.

Com a integração dos mercados e economias, os fluxos de capitais tornaram-se uma tendência mundial, pois as EMNs buscam maiores benefícios no processo industrial, sejam eles tecnológicos, sejam distributivos ou menores custos de mão-de-obra.

Ao atender às características estipuladas pelo governo chinês para manter o crescimento econômico – como, por exemplo, o fornecimento de matérias-primas e a relação política/econômica com a China – o Brasil tornou-se, com o passar dos anos, um dos principais países que receberam parte dos investimentos chineses.

Para Acioly *et al* (2011), a evolução das relações comerciais entre Brasil e China, de 2000 a 2010, apresentou crescimento superior à elevação do comércio entre o Brasil e o mundo. Nesse período, as exportações do Brasil para a China passaram de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 30,8 bilhões.

¹ Disponível em: <http://www.ft.com/cms/s/0/d0fdafbe-a255-11e2-ad0c-00144feabdc0.html#axzz3SIDusiAA>

² Disponível em: <http://pt.tradingeconomics.com/germany/gdp>

Para a UNCTAD, *apud* Valor Econômico (2013), em 2012, o Brasil foi a nação que recebeu o terceiro maior volume de IDE entre as economias emergentes, com US\$ 65 bilhões, e ficou atrás apenas de China (US\$ 120 bilhões) e Hong Kong (US\$ 72 bilhões). Este resultado levou o Brasil a tornar-se a quarta nação a receber investimento estrangeiro, superado apenas por USA, China e Hong Kong. Estes fatores económicos são estudados há anos por vários analistas de mercado, não somente pelos aspectos motivadores deles, mas pela forma de ingresso dos investimentos das multinacionais de países em desenvolvimento.

Diversas nações têm-se beneficiado da ascensão e comércio bilateral. Adicionalmente, o investimento externo da China desempenha papel cada vez mais importante sobre o desenvolvimento das economias emergentes. Apesar disso, as multinacionais chinesas começaram a enfrentar desafios em sua internacionalização, uma vez que, apesar de o IDE chinês representar um *share* pequeno do *stock* global, o ingresso dessas empresas em certas fronteiras já enfrenta restrições, a exemplo do mercado europeu, que reluta em aceitar empresas chinesas, ao alegar que elas são injustamente subsidiadas pelo governo e para servir aos interesses do Estado chinês, fato alheio às necessidades reais do mercado (Brennan, 2015).

Essa restrição pode ser equivocada e precisa ser definida, uma vez que as empresas chinesas podem desempenhar importante papel no território receptor, ao contribuir para o desenvolvimento e a transferência de tecnologia, com a integração de práticas de negócios e abordagens organizacionais, (World Bank, 2012). Dessa forma, discutir-se-á, na presente dissertação, o impacto do IDE chinês na economia brasileira.

Além desta introdução, este trabalho está dividido em mais cinco capítulos.

No segundo capítulo, apresenta-se a pergunta da pesquisa, a justificativa e a

relevância dela, juntamente com os seus objetivos geral e específicos, a metodologia e o marco teórico, com um enfoque nas teorias do investimento direto estrangeiro. No terceiro capítulo, são apresentadas as relações de comércio entre as duas nações e a pauta importadora/exportadora. No quarto capítulo, identificam-se os fatores de entrada de investimentos chineses no Brasil, em especial os setores de maior potencialidade, as áreas de atividade e os setores priorizados pela China. No quinto capítulo, são abordados outros tópicos relacionados ao IDE e às potencialidades futuras, como: seus benefícios e impacto no crescimento da economia. No sexto capítulo, mostram-se os resultados da pesquisa, as sugestões e as conclusões, com recomendações sobre os investimentos estrangeiros no Brasil e seus efeitos. Em suplemento, são apresentadas as referências bibliográficas e os anexos.

2 – A pergunta da Pesquisa

O presente trabalho de investigação visa a responder à seguinte questão: “*O IDE chinês no Brasil: Quais os benefícios?*”

Com o contexto e a pergunta já apresentados, esta dissertação tem como **objetivo geral** avaliar a “qualidade” do IDE chinês, ou seja, se esse investimento melhora ou cria algum benefício na cadeia de valor brasileira, ou se, ao contrário, se limita a causar impactos na balança comercial brasileira, principalmente nas exportações primárias – e com isso não beneficiando o Brasil em termos tecnológicos, estruturais ou industriais.

Para cumprir o objetivo geral descrito acima, foram elaborados os seguintes **objetivos específicos**:

- a) Identificar os setores que mais recebem investimentos;
- b) Verificar se existe alguma regulamentação quanto à forma de inserção de investimento estrangeiro no Brasil em certos setores;
- c) Consultar, se existe, uma política brasileira específica voltada a investimentos no setor industrial, quanto à forma de acesso, atuação ou incentivo;
- d) Analisar de que forma esse investimento proporciona a melhoria substancial dos produtos exportados;
- e) Abordar de que forma esse investimento pode contribuir (ou não) para o crescimento ou a competitividade da economia brasileira.

2.1 – A justificativa e a relevância do estudo

Nas últimas duas décadas, a estabilidade econômica brasileira – com o controle da inflação, a estabilização da moeda, a redução da pobreza e o crescimento da economia – proporcionou condições de o país enfrentar os períodos da crise internacional surgidos

em 2008, além de mostrar o potencial que a economia brasileira atingira. Apesar do desempenho nos últimos anos e do aumento das relações comerciais, principalmente com a China, o Brasil ainda é uma nação em desenvolvimento.

O aumento das relações comerciais e o seu estreitamento com a China tornou o Brasil um dos principais parceiros daquela nação, e proporcionou um grande volume de investimentos estrangeiros. Isso o transformou em um dos principais destinos de IDE chinês e de outras economias do resto do mundo. É importante verificar se estas relações e o volume de investimentos trazem algum benefício ao Brasil, sejam elas em curto, médio ou longo prazo, e verificar se existe alguma medida para delimitar as formas dos investimentos estrangeiros no Brasil.

O processo moderno e o desenvolvimento do investimento direto estrangeiro iniciou-se por empresas americanas no exterior. Stephen Hymer (1976) é apontado por vários pesquisadores como o principal responsável pelo desenvolvimento da teoria do IDE, deixando claro que o tema estaria mais ligado à organização industrial do que à teoria do movimento de capitais, distinguindo-se claramente das aplicações financeiras internacionais.

O fluxo substancial de investimento direto estrangeiro nos últimos anos ajudou a impulsionar a produtividade em empresas nacionais por meio da competição, qualificação da força de trabalho local e demonstração de novas tecnologias. Nas últimas décadas, o modelo exterior de taxas elevadas de investimento interno e das exportações de fomento, foram bem-sucedidas para o crescimento da China, porém são necessários novos motores para o crescimento – o que representa novos desafios a serem alcançados para manter seu nível de desenvolvimento. Desse modo, a China beneficiou-se de elevadas taxas de crescimento constantes, mantendo-se competitiva e

ganhando participação de mercado em todo o mundo, quando se tornou o principal parceiro comercial de muitos países, como, no caso, o Brasil (Silva & Galito, 2014).

Para Glaser, 2012 *apud* Silva & Galito (2014 p. 31), a fim de convencer os beneficiários dos incentivos econômicos sobre os seus interesses na região da Ásia-Pacífico, a China utiliza-se da estratégia de proporcionar assistência estrangeira, aumentar o comércio e investir nesses países. Em outro termos, a China utiliza instrumentos econômicos para atingir objetivos políticos externos.

Diante do exposto, é relevante saber se a mesma prática ocorre no Brasil, uma vez que os acordos bilaterais estabelecidos nos últimos anos sugerem que a China possui uma política de mercado clara e bem definida, enquanto o mesmo não ocorre no Brasil.

2.2 – A metodologia do trabalho

A presente dissertação caracteriza-se por uma pesquisa empírica, e realizada a partir de uma análise quantitativa. Foram utilizadas ferramentas estatísticas, com o auxílio de relatórios que apresentassem dados (em forma de tabelas e gráficos), todos baseados em referências secundárias provenientes de diversas instituições, como BACEN, CEBC, FUNCEX, IPEA, MOFCOM, MDIC, OECD, UNCTAD, WTO, entre outros.

Não foi fácil encontrar dados concretos a respeito dos investimentos chineses no Brasil. Aí, a fonte oficial do IDE chinês é o *Boletim Estatístico Anual sobre Investimento Estrangeiro da China no Mundo*, publicado pelo MOFCOM. Entretanto, o relatório apresenta projetos aprovados pelo Governo e não os fluxos de capitais “reais”, pois exclui o movimento das empresas com projetos que não foram aprovados pelo governo. Para Hanemann & Rosen, 2009 *apud* CEBC (2013), há, ainda, uma segunda

difficuldade na apuração dos resultados, pois há a ausência de exigências às empresas no processo de registro, quanto ao setor visado e ao destino final dos investimentos. Desse modo, diversas empresas registram o “destino-escala” dos investimentos, que são normalmente paraísos fiscais ou centros financeiros *offshore*, a dificultar o conhecimento dos valores exatos. O mesmo ocorre com o BACEN, que identifica apenas o último destino do capital – paraísos fiscais, em sua maioria, o que dificulta a análise exata de dados dos países, não somente de fluxos oriundos da China. Isso pode ser comprovado, no ano de 2010, onde o BACEN apresentou dados oficiais de ingresso de IDE chinês em torno de US\$ 394 milhões. Entretanto, neste mesmo ano, a *Sinopec* adquiriu parte dos ativos da *Repsol* por US\$ 7,1 bilhões, e o BACEN divulgou a operação como recursos originários de Luxemburgo (Araújo, 2012).

2.3 – O marco teórico

Nesta seção, apresentar-se-ão os principais autores que fundamentam este trabalho. Primeiramente, serão referidos os conceitos mais comuns de IDE na comunidade acadêmica e os principais teóricos.

As empresas que praticam IDE utiliza os benefícios como emprestar dinheiro onde for mais barato e investir onde for mais produtivo, além de beneficiarem-se de medidas adotadas pelos governos para a atração de investimento, como incentivos fiscais, infraestrutura e mão-de-obra mais barata. Estes fatores reduzem os custos de produção e podem ser determinantes para a escolha das localidades que receberão investimento direto.

Entre as diversas teorias que explicam o porquê das empresas realizarem investimentos fora de seus domicílios, Kindleberger, 1969 *apud* Holland & Barbi

(2010), acreditava que somente onde se verificassem as imperfeições de mercado – como estruturas de concorrência monopolística – é que poderia haver o incentivo para as firmas investirem fora de suas fronteiras.

Para Vernon (1966), a partir do modelo de ciclo de vida do produto, as empresas precisavam decidir em que momento realizar investimento estrangeiro em vez de exportar os bens, e isso dependia, de uma análise prospectiva da concorrência oligopolística, pois redundava num processo de padronização de novos produtos sob inovações tecnológicas em processo de *demand pull*. Como as inovações tecnológicas aconteciam em economias com elevada renda *per capita*, sua distribuição internacional de produção seguia a direção de economias com o mesmo nível de renda, e, somente após um processo de padronização, isso seguiria a economias menos ricas.

As EMNs se utilizam ainda de outros critérios, ao avaliar falhas no mercado, que podem gerar oportunidades, ciclo de vida do produto, ganhos em escala, mão-de-obra barata, entre outros. Para Hymer (1976), a empresa multinacional é vista como uma instituição voltada à produção internacional em vez de destinar-se ao comércio internacional. Ele isolou a teoria do IDE das teorias do comércio clássicas e da teoria das finanças, uma vez que o diferencial de taxas de juros não seria o fator determinante para o investimento internacional, mas o controle dos processos de produção.

Destacamos, ainda, Krugman & Obstfeld (2005), que alertam que a existência de multinacionais não garante a transferência de capitais de uma nação à outra, tendo em vista que as empresas podem adquirir dinheiro para seus investimentos no próprio Estado receptor, e não no país de origem. Os autores concordam que as multinacionais investem no exterior para a ampliação de mercados e para o controle das demandas, mas concluem que não há uma teoria consolidada sobre empresas multinacionais e os seus

fatores determinantes.

Como há uma grande quantidade de determinantes para o IDE, Dunning (1988) criou o *Paradigma Eclético* ou OLI, que diz respeito a três variáveis interdependentes:

a) *Vantagens de Propriedade* (O – *Ownership*): Esta vantagem pode ser de natureza estrutural (derivada da posse de ativos intangíveis), como tecnologia, capacidades gerenciais, marcas, patentes, ou, também, as de natureza transacional, que resultam da própria característica transnacional da empresa. A vantagem de propriedade depende da existência de ativos específicos, como tecnologias produtivas, de gestão e dotações nacionais de fatores passíveis de serem internalizados por empresas/setores. A natureza dos ativos intangíveis – principalmente o conhecimento – influencia na decisão de produzir no exterior, ou exportar/licenciar.

b) *Vantagens de Localização* (L – *Location*): Dentre as diversas vantagens de localização que podem influenciar as empresas na decisão de investir ou não em determinado lugar, podemos destacar: a abundância de recursos naturais e humanos, a taxa de câmbio, a infraestrutura, os incentivos e os desincentivos aos investimentos, os custos de transportes e comunicação, o *know-how* tecnológico, o tamanho do mercado, a estabilidade política, entre outros fatores.

c) *Vantagens de Internalização* (I – *Internalization*): É derivada das vantagens das empresas ao optar por internalizar determinado ativo ao invés de transacioná-lo no mercado. Dunning (1981) acredita que “*as vantagens de internalização são o principal fator a impulsionar a integração vertical e horizontal das firmas em nível internacional, pois, se não houvesse este incentivo, as transações se dariam via mercado, por meio das firmas independentes*”.

Para o mesmo autor, a combinação das vantagens de propriedade, localização e

internalização possibilitam às empresas do exterior quatro formas de investimento, com estratégias e tipos diferentes: i) *Resource Seeking* (busca por recursos); ii) *Market Seeking* (busca por mercados); iii) *Asset Seeking* (busca por recursos estratégicos) e iv) *Efficiency Seeking* (busca por eficiência).

Para RFB (2014), o investimento no exterior pode ser efetuado sob a forma de investimento direto ou em carteira – quando for inferior a 10% – sendo o IDE constituído quando o investidor detém 10% ou mais das ações ordinárias ou do direito a voto numa empresa. Isso se dá em duas modalidades:

1) *Participação do capital*: Os ingressos de recursos de bens, moeda e as conversões externas em IDE – incluindo os valores destinados ao programa de privatizações, relacionados com a aquisição/subscrição/aumento de capital, total ou parcial do capital social de empresas residentes;

2) *Empréstimos intercompanhias*: Créditos concedidos pelas matrizes localizadas no país-sede às suas subsidiárias ou filiais estabelecidas no exterior.

A RFB (2014) destaca, ainda, que a ausência de padrões contábeis claros, as diferenças de definições de IDE e a má fiscalização do modo de entrada levam a divergências nas estatísticas disponíveis sobre os valores de IDE no Brasil.

3 – As relações comerciais entre Brasil e China

3.1 – O comércio

Segundo Acioly *et al* (2011) as relações comerciais entre o Brasil e a China tiveram crescimento superior ao comércio entre o Brasil e o resto do mundo no período de 2000 a 2010. Nessa década, as exportações brasileiras para a China passaram de US\$ 1,1 bilhão – o que representava 2% do total das exportações brasileiras – para US\$ 30,8 bilhões – 15% do total – enquanto as importações da China passaram de US\$ 1,2 bilhões – 2% do total – para US\$ 25,6 bilhões – 14% do total. Estes dados não indicam apenas o aumento das relações comerciais entre as duas nações, mas demonstram, também, como o aumento dessas transações beneficiaram o Brasil, pois, neste período, ele obteve saldo positivo ao longo de seis anos.

A tabela I apresenta dados que mostram que, em 2011, cerca de 70% das exportações globais brasileiras eram de produtos primários ou baseados em recursos naturais. É importante ressaltar que as exportações para a China estão concentradas em um número limitado de produtos, como a soja e o minério de ferro. Eles respondem por aproximadamente dois terços das exportações. Dentre os dez principais produtos, sete deles são primários ou intermediários (ver tabela II, anexo 2).

Tabela I – Perfil das exportações do Brasil e China – 2011 (Em %)

País	Produtos Primários	Baseados em recursos naturais	Baixa tecnologia	Média tecnologia	Alta tecnologia (Produtos Industriais)
Brasil	32	37	5	19	4
China	3	9	30	24	33

Elaboração própria

Fonte: MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Em 2013, a corrente comercial entre os dois parceiros apresentou crescimento de

10%, e totalizou US\$ 83 bilhões, algo considerado um recorde no total corrente. As exportações brasileiras somaram US\$ 46 bilhões, com crescimento de 12% em relação a 2012, enquanto as importações somaram US\$ 37,3 bilhões, um aumento de 9% em relação ao ano anterior, conforme tabela III do anexo 3 (CEBC, 2014a).

O Seminário Empresarial Brasil-China – organizado pela CNI em julho de 2014 – apresentou a insatisfação dos empresários brasileiros que tentavam investir na Ásia, sobretudo por conta das dificuldades impostas pelos regimes que barram a participação do capital estrangeiro, ou não protegem a propriedade intelectual. Essas restrições acabaram por reduzir as exportações para a China. Uma alternativa seria reduzir tais limitações por meio de *Licenças de Regulação*. Estas iriam proibir, restringir ou direcionar a entrada de capital estrangeiro no mercado chinês. De fato, medidas para a redução gradativa das tarifas dos produtos manufaturados brasileiros são necessárias, uma vez que produtos básicos pagam tarifas próximas a 0%, enquanto o café industrializado e as chapas de granito, por exemplo, pagam em torno de 30% e 24%, respectivamente.

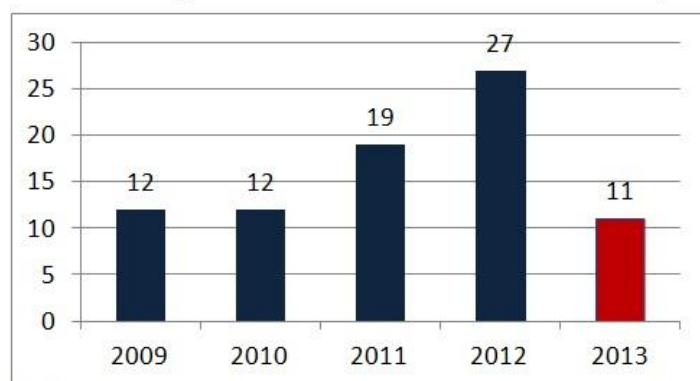
Isso demonstra o potencial de crescimento das exportações brasileiras, não somente em termos quantitativos, mas qualitativos. Além disso, haveria estímulos às exportações de produtos manufaturados. No caso de máquinas e equipamentos hospitalares, a China deveria seguir as normas internacionais definidas pelo *ILAC* e pelo *IAF* para maior transparência a respeito das taxas adotadas sobre os produtos exportados do Brasil. Desse modo, ambos deveriam estreitar o relacionamento e derrubar as barreiras que impedem o equilíbrio do comércio bilateral em esfera qualitativa.

3.2 A pauta das exportações

O desempenho das exportações brasileiras para a China, em 2013, teve como principal destaque o aumento do envio de soja para o país, que apresentou crescimento de 40%, tanto em volume quanto em valor em comparação a 2012. As exportações de grãos não apenas cresceram, mas também voltaram a ser o principal produto exportado, e ultrapassaram o minério de ferro – que, desde 2008, era o principal produto exportado, apesar de também apresentar crescimento (ver gráfico em anexo 4). A tabela IV (anexo 5) demonstra que as exportações brasileiras para a China concentraram-se essencialmente em soja, minério de ferro e óleos brutos de petróleo, que, juntos, representam 81% da pauta exportadora do Brasil.

Apesar de essas exportações indicarem considerável crescimento nos últimos anos, elas se concentraram em produtos básicos. O crescimento acentuado da exportação de couros e peles (26,3%), celulose (27,1%) e açúcares (62,7%) demonstra a presença cada vez maior de produtos oriundos do agronegócio nos mercados asiáticos, graças aos crescentes níveis de urbanização da China e à mudança do modelo de desenvolvimento nacional, pois a nação passou a oferecer novas perspectivas de consumo interno – e isso tende a gerar novas demandas de produtos agrícolas (CEBC, 2014a).

Destaca-se a queda apresentada de produtos intensivos em tecnologia como as aeronaves, que apresentaram redução de 64,8% em relação a 2012 (gráfico 1). Para o CEBC (2014a), a redução nas exportações foi resultado dos procedimentos chineses para a aprovação de compra das aeronaves brasileiras, pois foram necessárias diversas tramitações em agências públicas do país asiático antes de os pagamentos serem efetuados.

Gráfico 1 – Evolução das exportações de aeronaves brasileiras para a China (und)

Elaboração própria

Fonte: MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Thorstensen, 2011 *apud* IPEA (2011b) afirma que, ao longo dos últimos 10 anos, para cada dólar que o Brasil adquiriu com exportações para a China, US\$ 0,87 vinha de produtos primários e de manufaturas intensivas em recursos naturais, US\$ 0,07 de produtos de média intensidade tecnológica e apenas US\$ 0,02 de vendas de produtos de alta tecnologia.

Em visita ao Brasil em jul/2014, o presidente chinês Xi Jinping assinou a compra de 60 aeronaves da Embraer, as quais serão entregues até 2018. Daquele total, 40 irão para a companhia aérea da China (Tianjin Airlines) e 20 destinadas ao Banco Industrial e Comercial da China. Em comunicado oficial, a Embraer informou a entrega das primeiras aeronaves já em 2015, (Sá, 2014). Contudo, levando-se em consideração o comércio bilateral entre os países, verificamos que essas medidas ainda não são suficientes para alterar o padrão de comércio e equilibrá-lo em termos qualitativos.

Apesar das exportações brasileiras estarem concentradas em produtos primários, fica evidente – com os últimos acordos bilaterais – o esforço do governo brasileiro em ampliar e diversificar os produtos vendidos à China, principalmente manufaturados e intensivos em tecnologia. Esta é o grande parceiro para o desenvolvimento do Brasil,

uma vez que os investimentos chineses apresentam uma forte tendência à diversificação em áreas como energia, tecnologias da informação e comunicação, automóveis, alta tecnologia, bancos, petróleo, entre outros. São necessárias, porém, medidas e regulamentos para que os investimentos sejam melhor aproveitados pelo Brasil.

3.3 A pauta das importações

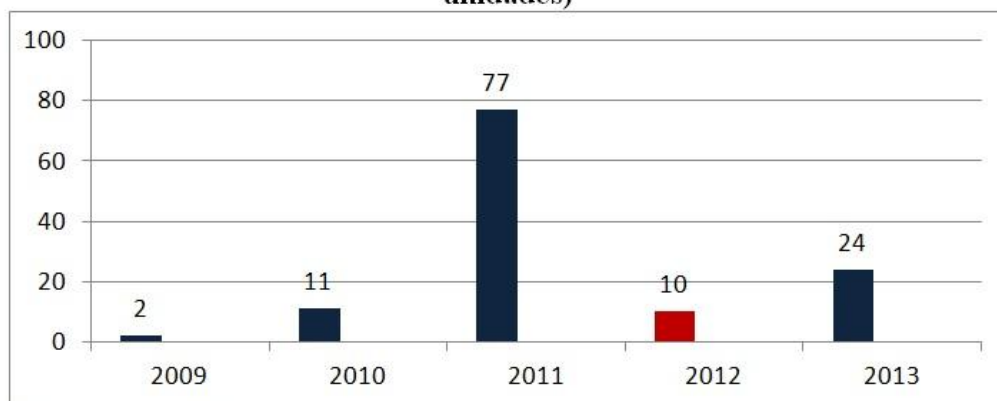
Entre 2000 e 2010, as importações brasileiras de produtos chineses de alta tecnologia saltaram de US\$ 487 milhões para US\$ 10 bilhões. A participação desses produtos nas importações brasileiras nunca foram menores do que 36% e em 2005, apresentaram participação superior a 50%. Apesar da ligeira queda desses produtos nos últimos dois anos, houve considerável aumento na importação de produtos de média intensidade tecnológica de 16% para 44% entre 2000 e 2009 respectivamente. O fato curioso, é que este é o segmento onde o Brasil possui maior dificuldade em acessar o mercado chinês através das exportações, (CEBC, 2014a).

Os setores de máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos mantiveram a liderança da pauta importadora brasileira. Somadas, elas corresponderam a 50,9% do total importado da China. As compras de máquinas e aparelhos elétricos apresentaram um crescimento de 10,8% e 2,5% em valor. Máquinas e aparelhos mecânicos obtiveram acréscimo de 13,7% em quantidade, ao passo que produtos químicos orgânicos registraram crescimento de 21,6% em comparação com 2012, conforme tabela V (ver anexo 6).

Seguindo a tendência de aumento de bens intermediários, o setor de veículos automóveis, tratores e ciclos apresentaram crescimento nas importações em 11,9% em relação a 2012, sendo importante destacar que a importação de automóveis de

passageiros cresceu 146,2%. No gráfico 2, verificamos a retomada das importações de carros chineses. Isso significou uma queda em 2011-2012, devido ao aumento do IPI ativado pela política de incentivo à instalação de novas unidades fabris no Brasil (CEBC, 2014a). Os níveis de importação de veículos chineses voltaram a crescer em 2013, em decorrência das empresas chinesas adequarem-se às novas exigências do regime *Inovar-Auto*³. Com isso, elas reajustaram a estratégia ao mercado brasileiro e retomaram as importações.

Gráfico 2 – Evolução das importações brasileiras de carros da China (milhares de unidades)



Elaboração própria

Fonte: MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

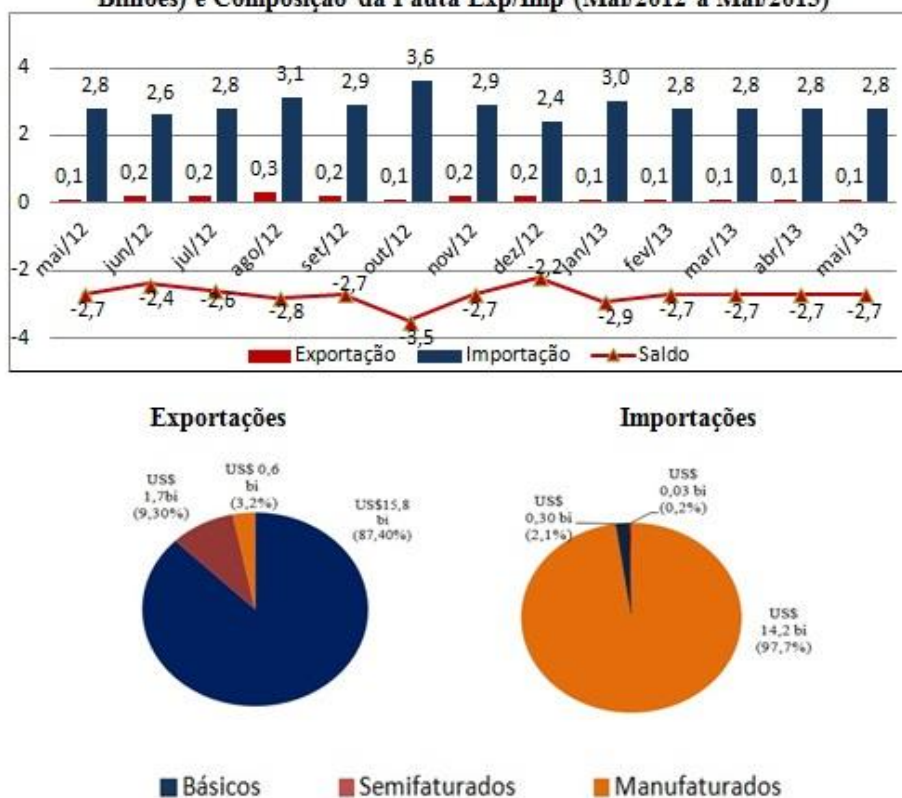
O saldo comercial do Brasil com a China, por intensidade tecnológica do produto, registra *superávits* crescentes nos produtos primários e nas manufaturas intensivas em recursos naturais. Para as demais categorias (baixa, média e alta tecnologia), ocorre um aprofundamento do *déficit* comercial, particularmente para o caso dos produtos de mais

³ O Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto) é uma medida adotada pelo Governo Federal para estimular o investimento na indústria automobilística nacional. Estima-se que, até 2015, o Programa levantará mais de R\$ 50 bilhões em investimentos no setor. As medidas introduzidas pelo Programa Inovar-Auto fazem parte da política industrial, tecnológica e de comércio exterior chamada “*Plano Brasil Maior*”. Ele concede benefícios em Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) às empresas que estimularem e investirem na inovação e em pesquisa e desenvolvimento no Brasil. O programa prevê um desconto de até 30 pontos percentuais ao IPI de automóveis produzidos e vendidos lá. Para ter direito ao incentivo, no entanto, os interessados devem cumprir uma série de contrapartidas, que podem crescer, gradualmente, sobretudo a partir do início do programa. (Cf. >>><http://www.inovarauto.com.br/o-inovar-auto/><<<)

alta intensidade tecnológica – o que confirma a assimetria qualitativa do comércio entre os dois países (IPEA, 2011a).

Em junho de 2013, FIESP e CIESP divulgaram dados das relações comerciais sino-brasileiras, levando em consideração valores referentes ao ano anterior (2012). Em 2013, o *superávit* brasileiro foi impulsionado pela exportação de semimanufaturados, o que apresentou crescimento de 23%. Destacaram-se as vendas brutas de celulose e açúcar, mas a compra de manufaturados cresceu 8,3%, e isso influenciou o aumento das importações. O *déficit* de manufaturados manteve-se estável na balança comercial (gráfico 3), e esses produtos foram os principais importados de janeiro a maio de 2013, conforme a tabela VI (ver anexo 7).

Gráfico 3 – Evolução da Balança Comercial de Manufaturados Brasil-China (US\$ Bilhões) e Composição da Pauta Exp/Imp (Mai/2012 a Mai/2013)



O relacionamento do Brasil com a China apresenta uma tendência de exportação

de manufaturados e bens primários, com baixo nível de processamento. As importações brasileiras são de peças ou componentes intensivos em tecnologia e em máquinas. Um estudo publicado pela WTO (2013) concluiu que o Brasil está no mais baixo degrau da cadeia de valor agregado no seu comércio com a China. O estudo aponta que essas exportações estão concentradas em produtos com nível baixo de industrialização, tanto *commodities* quanto manufaturados. Das exportações de soja, 95% são de grãos não processados, que recebem apenas 3% de tarifa. O óleo de soja recebe alíquota de 9%. A importação de outros derivados da soja – com maior grau de processamento – recebem elevadas alíquotas de imposto, bastante superiores aos produtos não processados. Esta política protecionista aplicou-se a outros bens primários e intermediários importados do Brasil: couro, celulose e papel, ferro e aço (Jenkins, 2012 *apud* Sturgeon *et al*, 2013).

Pelo lado das importações, o Brasil tem sido influenciado pela estrutura comercial chinesa, uma vez que houve uma reversão das importações. Em 1996, os produtos de baixa tecnologia, representavam 40% do total importado, e produtos de alta tecnologia representavam 25%. Em 2009, houve uma reversão nas importações de produtos de alta tecnologia, os quais passaram a representar 41,4% do total, enquanto os de baixa tecnologia representavam 20,8%. Por outro lado, entre 1996 e 2009, as importações da China em bens de consumo caíram de 44% para 16% (Jenkins, 2012 *apud* Sturgeon *et al*, 2013).

Neste cenário, podemos citar como exemplo a Embraer, que é um dos maiores construtores de aeronaves do mundo, e utiliza 100% de alumínio importado em seus jatos – apesar da abundância de bauxita e de outras *commodities* importantes ao setor aeronáutico brasileiro.

4 – Os investimentos chineses no Brasil

Com o objetivo de garantir o acesso a fontes de matérias-primas para manter seu crescimento econômico, a China começou a apresentar números significativos de investimentos diretos pelo mundo. A partir de 1990, se concentrou principalmente no Canadá, na Austrália e nos USA.

Em 2008, de acordo com o IPEA (2011a), os principais destinos setoriais do IDE chinês no Brasil foram: o comércio atacadista de defensivos agrícolas, os adubos, os fertilizantes e os corretivos do solo (37%); a produção de semiacabados em aço (14,1%); a fabricação de malte, de cervejas e chopes (13,7%). Em 2009, houve mudança no fluxo de IDE, uma vez que os setores que obtiveram as maiores participações foram os bancos múltiplos com carteira comercial (73,2%); o comércio atacadista de defensivos agrícolas, os adubos fertilizantes e os corretivos do solo (4%); os serviços combinados de escritório e o apoio administrativo (4%).

Segundo a análise do CEBC (2014b) sobre os dados a respeito dos investimentos chineses no Brasil entre 2012-2013, verificou-se uma nova mudança no fluxo de investimentos, porque o setor automotivo e de eletrônicos apresentaram o maior número de projetos, apesar de serem estimulados pela nova classe média brasileira, com características similares às da classe média chinesa. Além disso, para o caso do setor automotivo, deve-se levar em consideração os incentivos oferecidos pelo governo brasileiro, como a redução do IPI e a ampliação ao acesso de crédito à compra de veículos, caminhões e motocicletas.

Os investimentos chineses não se concentram apenas em setores relacionados à exploração de petróleo e siderurgia, mas ao agronegócio, porque diversas empresas chinesas compram vastas propriedades rurais cultiváveis. A aquisição chinesa de minas,

áreas de exploração de petróleo e de extensas propriedades à agropecuária trouxe muita preocupação aos empresários e ao governo brasileiro. Segundo informações do INCRA *apud* IPEA (2011a), 5,5 milhões de hectares de terras do país pertencem a não brasileiros, porém esses dados tendem a ser subestimados por registros cartoriais incompletos ou por declarações das empresas estrangeiras. Estimativas não oficiais informam que 7 milhões de hectares de terra pertencem aos chineses.

Com objetivos econômicos e geopolíticos – seguindo as diretrizes da política governamental *Going Global* – esses investimentos fazem parte de uma estratégia de internacionalização das empresas chinesas. No que se refere às medidas econômicas, o principal interesse da China tem sido conseguir acesso à extração e produção de recursos naturais e energia (petróleo, cobre e ferro), para manter seus elevados índices de crescimento. Além de suprir sua demanda interna mais recentemente, isso tem incluído investimentos em montagem de manufaturados, telecomunicações e têxteis.

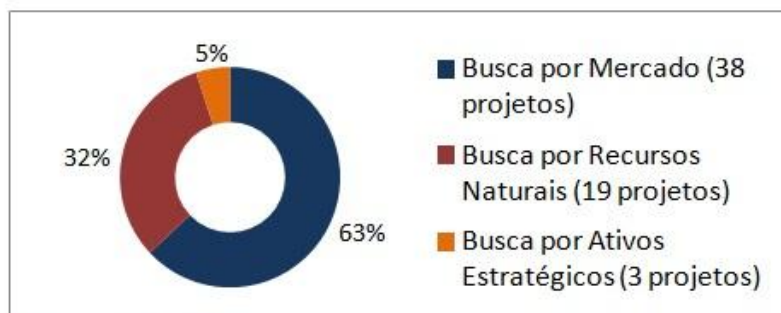
4.1 – Os determinantes da entrada dos investimentos chineses no Brasil

O Brasil possui as características de que precisa para receber investimentos chineses: i) ambiente favorável para o investimento; ii) relativo nível de segurança; iii) relações políticas e econômicas com a China e iv) complementariedade com a economia chinesa. Além disso, os investimentos incidem sobre setores que podem receber incentivos pelo Governo chinês, como a exploração de recursos naturais e a melhoria da infraestrutura para exportação, além de investimentos na modalidade de fusões e aquisições. Quanto aos fatores acima mencionados, o Brasil tornou-se grande refúgio do investimento direto chinês.

Diferentemente da maioria das notícias difundidas pela mídia, que apontam que a

busca por matérias-primas é o principal motivador dos investimentos chineses, verifica-se que o outro grande motivador de investimentos no Brasil é a busca por novos mercados (Gráfico 4). Isso pode ser confirmado com a entrada de 30 milhões de brasileiros à classe média consumidora. No Brasil, os líderes de empresas chinesas investigadas pela CEBC sugerem que a busca pelo mercado visava não apenas atender a esta nação, mas, também, aos outros Estados latino-americanos. Grupos do setor automotivo, como a *Chery* e *JAC Motors*, ou de máquinas e equipamentos, como a *Sany* e *XCMG*, ou de eletrônicos, como a *Foxconn* e *Lenovo*, anunciaram que os investimentos no Brasil devem exportar parte de sua produção, e atender ao mercado da América Latina.

Gráfico 4 –Brasil: Projetos de Investimento chinês por determinante do ingresso 2007-2012



Elaboração própria

Fonte: Lista consolidada CEBC

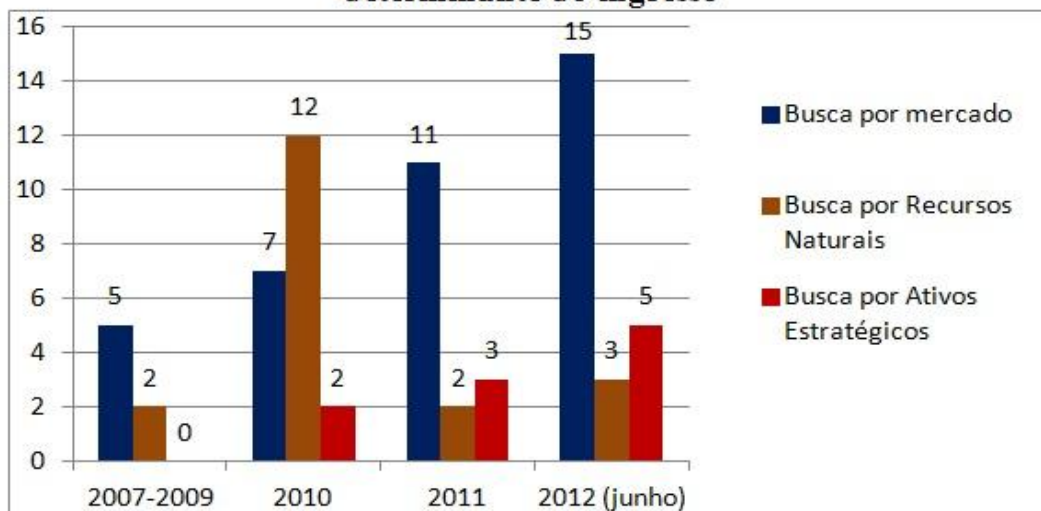
A distância geográfica entre a China e a América Latina elevou os custos logísticos das exportações. É viável o investimento na região; se comparado aos demais países da América Latina, o Brasil possui uma base industrial mais estabelecida – o que facilita a escolha dele. Um fato curioso é que a UNCTAD (WIR, 2014) aponta uma tendência para investimentos elevados ao setor de varejo. Isso foi impulsionado pela ascensão da classe média, principalmente após a eclosão da crise financeira mundial, a

qual diminuiu o consumo dos USA e Europa. Desse modo, houve expansão varejista no Ocidente, sobretudo em novos mercados em crescimento. Não há dados recentes sobre os investimentos no Brasil de novas empresas ou de chineses neste segmento. Resta-nos saber se essa tendência será seguida no Brasil, ou se, no futuro, os chineses também se interessarão por este nicho de mercado.

Analisando a quantidade de projetos voltados à busca de mercado, é determinante para a maioria dos projetos de investimentos chineses; deve-se notar uma contradição das informações difundidas, uma vez que os meios de comunicação brasileiros afirmam que os investimentos possuem o intuito de adquirir recursos naturais (apenas). O grande volume de investimentos no setor, em 2010, justificou tal afirmação, porém esta tendência não se repetiu nos outros anos, quando a maioria dos projetos foi vinculada à busca de mercados, tal como em anos posteriores a 2010, conforme gráfico 5. O elevado crescimento dos investimentos em recursos naturais em 2010 fez com que se acreditasse no contínuo crescimento no setor, mas o mesmo não ocorreu. No mais, o avanço no anúncio de novos investimentos também não diminuiu.

Em outra pesquisa do CEBC (2013) com empresas chinesas dos setores de mineração, petróleo e gás e agronegócio, viu-se que existe incerteza sobre determinadas medidas regulatórias brasileiras nesses mercados, o que desestimulou o ingresso de novos investimentos. Pode-se destacar o Novo Código da Mineração, que visa regular os investimentos estrangeiros com o intuito de direcioná-los às etapas de maior valor da cadeia produtiva. O novo parecer sobre a compra de terras – que aumentou as restrições para capital estrangeiro adquirir terras no Brasil – pode ter contribuído para a queda no número de projetos direcionados à busca de recursos naturais.

Gráfico 5 – Evolução dos projetos de investimentos chineses no Brasil por determinante do ingresso



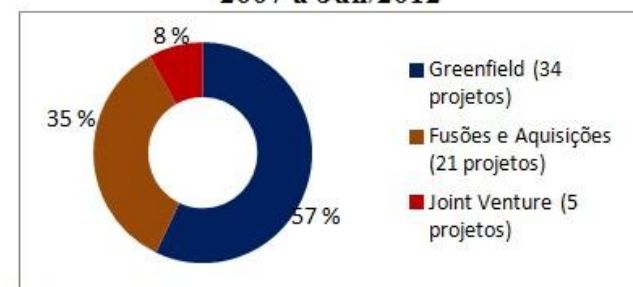
Elaboração própria
Fonte: CEBC

4.2 – O modo de ingresso dos investimentos chineses no Brasil

De acordo com a OECD (2008), existem três tipos de entrada de capital estrangeiro. O primeiro é o *Greenfield*, que reúne os investimentos nos quais novas operações de raiz são estabelecidas no lugar-alvo. A segunda são as *Fusões & Aquisições*, que visam à fusão de empresas no seu destino, ou à compra de participação em alguma empresa local. Por fim, há a *Joint-Venture*, que tem como objetivo criar uma unidade de negócios no país de interesse, com a realização de acordos contratuais entre duas ou mais partes.

Para o CEBC (2013), entre 2007-2012, o modo de ingresso dos projetos concentraram-se em *Greenfield* (57%), que pode ser considerado positivo à economia brasileira, uma vez que estes investimentos acionam outras indústrias locais e geram novos empregos, seguidos de *Fusões & Aquisições* (35%) e *Joint-Venture* (8%) – Gráfico 6.

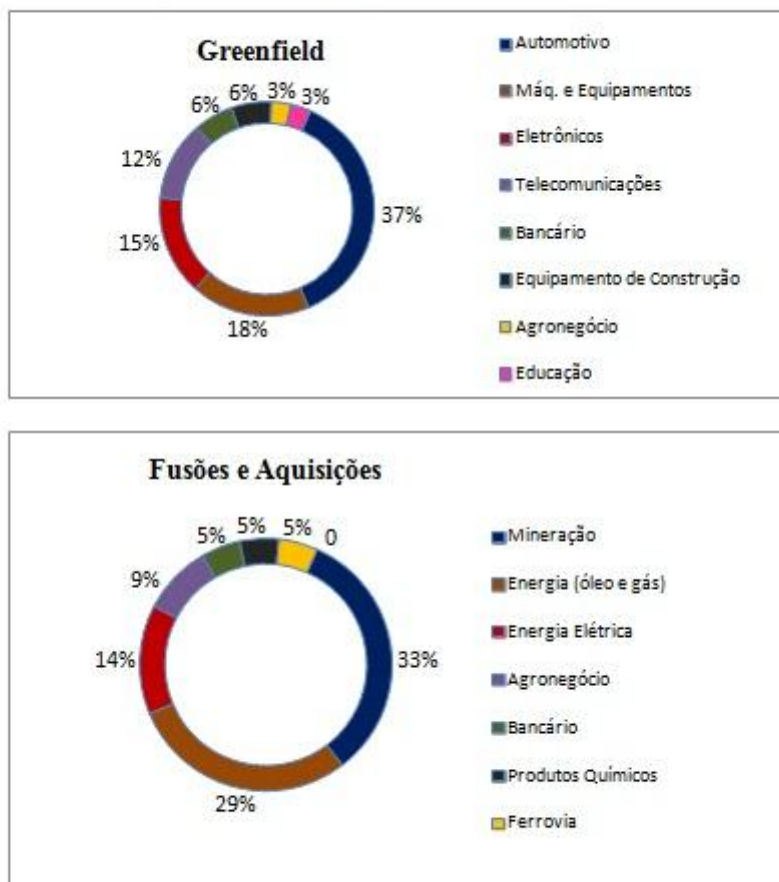
Gráfico 6 – Projetos de investimentos chineses no Brasil por modo de ingresso – 2007 a Jun/2012



Elaboração própria
Fonte: CEBC

Enquanto os setores de *Greenfield* são voltados ao setor automotivo, máquinas e equipamentos, o ingresso por *Fusões & Aquisições* são a preferência de setores como mineração, óleo, gás e energia elétrica (gráfico 7). Para o CEBC (2013), uma explicação está relacionada à opção de empresas chinesas em aproveitar um cenário internacional de crise para adquirir ativos de empresas europeias no Brasil a preços menores, tal como ocorreu, em 2011, com certas empresas de Portugal (privatizações da EDP e REN, por exemplo). Esta estratégia facilita o ingresso e adaptação de grupos estrangeiros ao mercado brasileiro, pois as dificuldades sobre o conhecimento do mercado, das leis e regulamentações e da cultura organizacional são aplacadas pelos conhecimentos do parceiro, que já atua no mercado local. Isto pode ser comprovado no setor de óleo e gás, nas aquisições da *Repsol Brasil* e *Galp Brasil* pela *Sinopec*, por US\$ 7,1 bilhões e US\$ 4,8 bilhões, respectivamente. No setor elétrico, pela aquisição de 14 concessionárias espanholas de energia, pela *Stategrid*, por cerca de US\$ 2 bilhões (Araújo, 2012).

Gráfico 7 – Distribuição setorial dos projetos de investimentos chineses no Brasil por modo de ingresso – 2007 a Jun/2012.



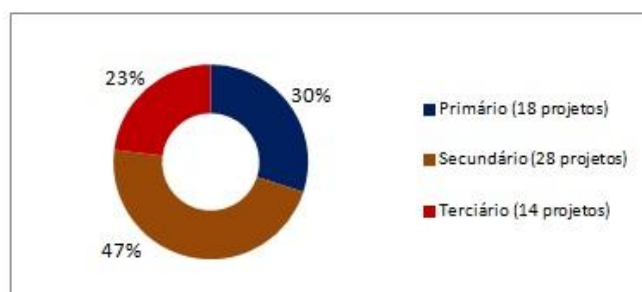
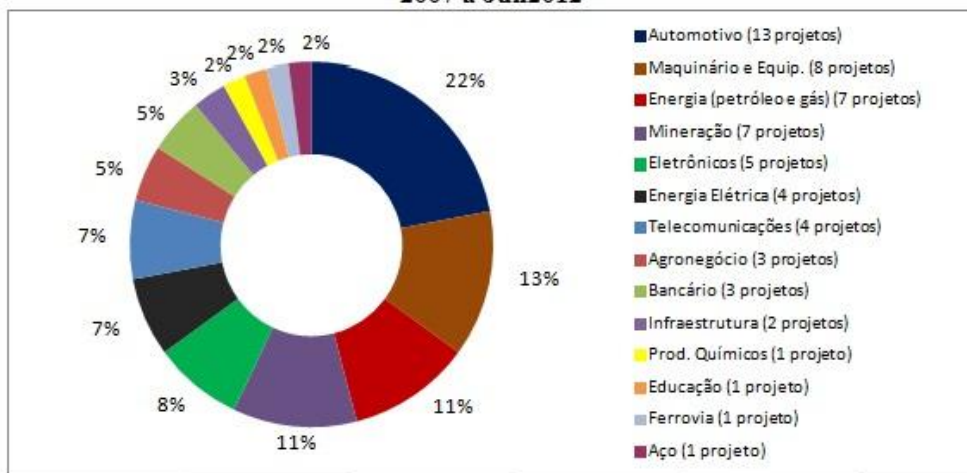
Elaboração própria
Fonte: CEBC

4.3 – A distribuição setorial dos projetos de investimento chinês no Brasil

Diferentemente das pesquisas realizadas pelo IPEA, a CEBC analisa a quantidade de projetos anunciados e confirmados pela China no Brasil, para detalhar os setores que mais recebem investimentos.

De acordo com a análise dos projetos anunciados e confirmados, verificou-se que o setor industrial é o que mais recebe investimentos. O ramo automobilístico, de máquinas e equipamentos e eletrônicos (setor secundário), somados, representam 43% do total dos projetos anunciados, (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Projetos de investimentos chineses no Brasil por setor da economia – 2007 a Jun2012



Elaboração própria
Fonte: CEBC

Com relação ao impacto de investimentos na economia brasileira, ressalta-se que isso impõe desafios ao Brasil. Há grandes volumes de importação de produtos manufaturados pela indústria nacional, além de a balança corrente evoluir negativamente. Investimentos em setores como energia, petróleo, gás, mineração e agronegócio (principalmente soja) podem dinamizar o complexo exportador brasileiro e aumentar a capacidade de produção de *commodities*, a exemplo da *Chongqing Grain Group*, que anunciou investimentos na produção de soja de US\$ 300 milhões, (CEBC, 2013).

Os investimentos automobilísticos afetam, contudo, a política industrial brasileira, uma vez que abrem larga competição no segmento de carros populares, modalidade que afeta as montadoras brasileiras. Os concorrentes chineses, por seu turno, dispõem de recursos tecnológicos avançados, com preços mais baixos do que os praticados no

Brasil. Além disso, para o CEBC (2013), as empresas chinesas buscam manter inalterada a fonte de sua vantagem competitiva quando se internacionalizam, ou seja, apesar de atuarem no exterior, tendem a manter boa parte de sua produção dentro da China. Dessa forma, caberá à nação-alvo somente a montagem dos componentes que atendam ao mercado local. Este sistema de produção é denominado CKD, no qual os itens são importados da matriz e montados no local receptor. Isso faz aumentar o volume de importações de peças e componentes que poderiam ser fabricados no Brasil.

Os planos de investimentos chineses apresentam baixo nível de conteúdo local. O início do projeto da *Chery* e *Lifan* apresenta, em seus planos, um consumo das partes e componentes locais na ordem de 30% do total produzido. Esta estratégia contribui para que os produtos chineses mantivessem a sua vantagem de preço e competitividade, ao afetar a indústria nacional. O que acontece no Brasil, porém, não é diferente do que acontece em outros países (CEBC, 2013).

O governo brasileiro já identificou esta prática e a maneira de pressionar os chineses a alterar este quadro. Assim, em 2011, anunciou-se a medida de elevação de impostos sobre a importação de carros e seus componentes, assim como estipulou requisitos mínimos de conteúdo local para a produção dos carros chineses. Como consequência, houve a diminuição de novos investimentos. Empresas como a *JAC Motors* suspenderam temporariamente a construção já iniciada de sua fábrica, na Bahia, assim como a *Geely* optou por adiar investimentos na época. Feitas as adaptações à política do Inovar-Auto, ambas retornaram aos respectivos projetos e investimentos originários.

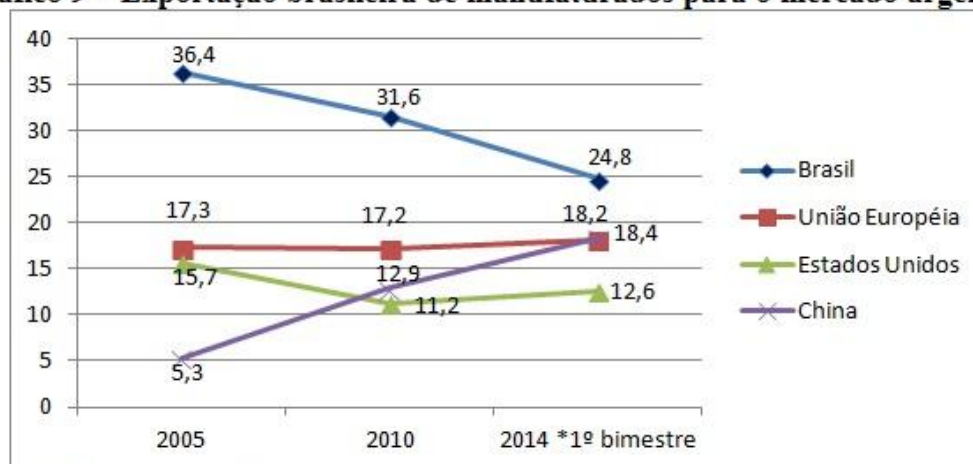
A ampliação do comércio entre Brasil e China vem acompanhada do aumento da competitividade de manufaturas chinesas sobre a indústria brasileira, pois surgiu uma

perda na participação das exportações brasileiras de maior intensidade tecnológica em terceiros mercados, como na Europa, nos USA e na própria América Latina, em virtude do aumento das exportações chinesas.

Um estudo divulgado pela CNI revelou que o Brasil está perdendo parte de suas exportações de manufaturados para o mercado argentino. Em 2005, de tudo que eles importavam, 36,4% eram produtos brasileiros, enquanto esse percentual caiu para 31,6% em 2010, e em 2013 representa apenas 26,5% – no primeiro bimestre de 2014, essa fatia de mercado já representava 24,8%. Em contrapartida, os produtos chineses são os que mais ganham espaço, pois apresentaram, em 2005, apenas 5,3% dos produtos importados e, hoje, respondem por 18,4% do total, conforme gráfico 9 (CNI 2014, *apud* Folha, 2014).

A tabela VII (anexo 7) apresenta os setores mais afetados com o aumento das exportações chinesas para a Argentina. O Brasil apresentou queda em 9 de seus principais produtos exportados àquela nação. Este fluxo é preocupante, porque o mercado argentino consome essencialmente produtos industrializados – o principal destino dos itens manufaturados brasileiros.

Gráfico 9 – Exportação brasileira de manufaturados para o mercado argentino



Elaboração própria
Fonte: CNI e Indec

5 - Em busca de novas direções qualitativas para as relações de investimento entre o Brasil e a China

5.1 – Os benefícios decorrentes do IDE

Gregory & Oliveira (2005, p. 17) acreditam que, de um modo geral, a presença de empresas estrangeiras em qualquer economia incrementa importações e exportações, uma vez que as corporações estrangeiras levam ao fortalecimento de elos entre as regiões, em sua cadeia produtiva nacional ou internacional.

No setor de negócios, os investidores estrangeiros podem produzir “*spillovers*”⁴ no país hospedeiro, que podem ser melhor verificados em setores que demandem transferência de tecnologia e formação de capital humano. Além disso, as empresas estrangeiras podem dividir o *know-how* na região onde estão instaladas. Quanto aos recursos humanos, tais empresas acabam disponibilizando, no mercado local, alguns funcionários por elas treinados e qualificados, a fim de beneficiar outras empresas locais (Gregory & Oliveira, 2005).

A utilização de tecnologia mais avançada ou inovações são características comuns em empresas que realizam IDE. Dessa forma, as multinacionais podem ser importantes canais de transferência direta e indireta de tecnologia entre os países. Isso pode ser de forma deliberada ou licenciada, quando a tecnologia é disponibilizada pela filial a uma empresa local. Se as firmas locais – depois de acordos com multinacionais – elevarem a sua capacidade tecnológica para atender às exigências ou por “*technological spillover*” – quando suas atividades geram benefícios para agentes econômicos locais superiores aos pretendidos inicialmente pelas multinacionais. Destaque-se que o IDE desempenha papel importante como indutor da competitividade nas exportações, por facilitar acesso

⁴ Termo técnico utilizado na literatura especializada no sentido da difusão de conhecimento.

aos mercados globais e às redes de produção integradas.

As nações asiáticas, de uma forma geral, adotaram políticas de incentivo aos investimentos e atraíram empresas exportadoras. Isso favoreceu todo o segmento delas, uma vez que possibilitou a redução de custos de produção, de armazenamento e de comercialização, com a criação das *Zonas de Processamentos das Exportações*, cujo objetivo era estimular as exportações com a transferência de tecnologia, e melhorar o nível de empregos e de aperfeiçoamento profissional (Gregory & Oliveira, 2005).

5.2 – O impacto do IDE no crescimento da economia brasileira

O processo de globalização tem aumentado o volume de IDE no mundo, principalmente em Estados em desenvolvimento, como o Brasil. Em um mundo cada vez mais globalizado e dinâmico, torna-se necessária a análise do impacto do IDE sobre as economias receptoras, sobretudo os efeitos econômicos relacionados.

De acordo com o BACEN *apud* Carminati & Fernandes (2013), “*desde que o capital estrangeiro atenda às questões formais de registro e de natureza tributária, não existe nenhum tipo de restrição cambial para a efetivação de transferências – capital, lucros, dividendos, despesas vinculadas ao investimento etc. – para o exterior*”. Dessa forma, verificou-se o aumento das remessas de IDE num ambiente de total liberdade nos últimos anos, sem qualquer política específica ou direcionamento a determinados setores da economia.

Para Laplane & Sarti (1999), apesar do grande fluxo dos investimentos estrangeiros destinados ao Brasil na década anterior, as características do IDE limitaram essas contribuições na área econômica, porque, nos anos 90, o processo de privatização do setor elétrico, de telecomunicações e de serviços públicos ocasionou a queda na

atratividade de investimentos na indústria ao lado do setor de serviços. Apesar do IDE ser uma importante fonte de divisas, ele não resolve um dos principais obstáculos ao crescimento: a restrição externa da balança comercial, uma vez que isso não altera a pauta das exportações. Para os mesmos autores, o volume de investimentos na indústria (relativamente pequenos e concentrados em poucos setores) demonstra a baixa capacidade de reação à expansão da renda, além do baixo poder de indução. Assim, a capacidade de estimular o crescimento nesse período foi muito limitada.

Quanto à relação entre IDE e PIB – na análise sobre o impacto da variação do investimento direto sobre o crescimento da economia brasileira no período entre 1986-2009 – Carminati & Fernandes (2013) constataram que isso foi positivo e estatisticamente significativo, em nível de 5% de probabilidade. Em média, viu-se que um aumento de 1% no IDE ocasionaria um crescimento de 0,03% no PIB brasileiro. O estudo concluiu que apesar de o efeito ser pequeno, os valores encontrados mostram que o IDE colabora para o aumento do PIB. Ainda, para os mesmos autores, este efeito positivo pode ser corroborado por outras pesquisas mencionadas em seu trabalho, que enfatizam os benefícios do IDE, desde que relacionados ao desenvolvimento do sistema financeiro, às políticas cambiais, à infraestrutura, etc.

5.3 – Os centros de P&D no Brasil: uma agenda para atrair investimentos

Nos últimos anos, a busca para receber investimentos entre os países têm se acirrado. Eles se tornaram mais competitivos e, com isso, foi necessário criar condições que os tornassem mais atrativos.

O Brasil possui elevado potencial de inserção nas cadeias globais de valor, porém é necessário criar/manter, aí, centros de P&D de empresas, com a finalidade de suprir a

lacuna de competências tecnológicas para a fixação de conhecimento, a qualificação das exportações, o aumento das pesquisas acadêmicas (que estreitam os laços entre universidades e empresas), a geração de empregos, etc. Por outro lado, a atração das empresas sobre P&D podem ser: a proteção de propriedade intelectual, as oportunidades de mercados, a atratividade de recursos e as competências locais, dentre outros, (CNI, 2014).

Em visita ao Brasil em jul/2014, o presidente chinês Xi Jinping assinou, juntamente com MCTI e com os empresários brasileiros, três acordos que contemplavam 32 atos de cooperação na área espacial e de tecnologia da informação. O orçamento estimado é de US\$ 160 milhões. Quanto ao setor de TI, dois acordos definem a instalação de centros globais de P&D das chinesas *Baidu* e *Huawei*, o que demonstra não somente a cooperação comercial entre os países, mas também intelectual em áreas avançadas. Com a medida, este será o sétimo laboratório avançado do *Baidu* no mundo, e suas atividades no Brasil devem concentrar-se em mineração de dados, aprendizado de máquina e personalização de produtos e serviços e investimentos de US\$ 60 milhões.

Com investimentos de US\$ 100 milhões, a *Huawei* tem como foco áreas de computação em nuvem, *big data*, cibersegurança e aplicações móveis. A empresa estaria interessada em aplicações para a área de saúde, além de educação e governo eletrônico. O acordo tem como meta a realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação de *softwares* e serviços de TI (o aumento da competitividade e a melhoria da posição internacional do Brasil em TI), a promoção do empreendedorismo no mercado nacional e a viabilização do setor como um dos pilares do desenvolvimento econômico e social.

Cabe destacar que a parceria entre Brasil e China na área tecnológica iniciou-se em 1988 quando ambos assinaram um acordo envolvendo o INPE e a CAST, para o

desenvolvimento de um programa de construção de dois satélites avançados de sensoriamento remoto, denominado Programa CBERS. O intuito disso era diminuir a dependência dos países em desenvolvimento da visão distorcida de outras nações. Os elevados custos dessa tecnologia levaram os dois Estados a unir recursos financeiros e tecnológicos, num investimento de US\$ 300 milhões e encargos repartidos (30% brasileiro; 70% chinês). A meta era implantar um sistema completo de sensoriamento remoto de nível internacional. Tal união foi um esforço bilateral para derrubar as barreiras que impediam o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sensíveis impostas pelas nações desenvolvidas. A parceria conjunta rompeu os padrões que restringiam os acordos internacionais à transferência de tecnologia e o intercâmbio entre pesquisadores de nacionalidades diferentes (INPE, 2014).

O Brasil tem avançado para ter um cenário efetivo de inovação, com incentivos fiscais, criação da Lei de Inovação e instrumentos de subvenção econômica, porém ainda há outras alternativas para que ele seja mais atrativo aos investimentos de pesquisa, de desenvolvimento e de inovação. Convém estabelecer um planejamento de longo prazo para sustentar políticas de inovação que privilegiem a atração e o desenvolvimento de centros de P&D privados, ou fornecer um modelo de relação universidade-empresa, que garanta maior competitividade em custos para P&D, etc.

Portanto, todas estas medidas, se bem aplicadas, contribuiriam para a atração de investimentos essenciais ao desenvolvimento brasileiro.

5.4 – As potencialidades brasileiras: o IDE e as exportações

O contexto histórico das exportações brasileiras (para o resto do mundo) demonstra que, em 1979, o setor manufatureiro igualou-se em termos percentuais ao

setor básico – que detinha os maiores percentuais das exportações desde 1964 e apresentava crescimento nos anos subsequentes, com média de 55% até 2008. O setor básico, por sua vez, diminuiu a participação nas exportações e manteve, desde 1988, média de 25%, conforme tabela VIII, (ver anexo 8).

Ressalte-se que, depois de a China tornar-se o maior parceiro comercial do Brasil, uma enxurrada de IDE foi direcionada ao país em 2010 ao setor primário, principalmente pela busca de recursos naturais – conforme referido anteriormente. A consequência disso pode ser observada no mesmo ano, pois, em 2010, os produtos básicos voltaram a ocupar o maior percentual das exportações brasileiras (com média de 46,5% até 2013), ficando à frente dos produtos manufaturados (com média de 38% até 2013). Isso não ocorria desde 1978 (tabela VIII e gráfico 12 – ver anexo 8 e 9). Apesar do elevado e contínuo volume de IDE entre 2007-2013, verificou-se que não houve nenhuma alteração no volume de exportações de bens manufaturados. Isso pode ser explicado pelo fato de a maioria dos projetos de investimentos serem voltados ao mercado interno, sobretudo a partir de 2011.

Medidas que direcionem o IDE para o setor exportador são essenciais, porque proporcionam melhor aproveitamento dos elevados fluxos, além de ser uma forma de o país tentar aumentar sua participação nas exportações mundiais em termos percentuais, o que, historicamente, nunca ultrapassou 1,5% – através das Cadeias Globais de Valor.

Apesar do volume de IDE no Brasil na última década, conforme apontado anteriormente, ser elevado, ele ainda carece de um ambiente favorável à geração de produção e desenvolvimento locais, especialmente de projetos voltados à substituição de importações ou à expansão das exportações. Este desempenho poderia ser melhorado não só de forma quantitativa, mas qualitativamente, com investimentos voltados à

instalação de bases de produção para o mercado externo.

O desafio é fixar acordos de metas, visando ao atendimento de requisitos mínimos de conteúdo local do valor agregado, de substituição de importações, de ampliação de exportações e de capacidade de produção. O Brasil deve usar o potencial de seu mercado interno e o poder de compra governamental para atrair mais investimentos, sobretudo para setores com maior conteúdo de produção e desenvolvimento local, ao privilegiar o critério de valor agregado local, visando ao desenvolvimento da produção e à capacitação tecnológica (Lacerda, 2003).

O papel do Estado e da política econômica torna-se fundamental não só para adoção das estratégias e medidas necessárias à viabilização dessas ações, mas também para articular a interação entre o setor privado, universidades e centros de pesquisas, (Lacerda, 2003).

Empresas exportadoras investem mais, uma vez que operam em patamares mais elevados de qualidade e concorrência. Investimentos maiores garantem uma posição competitiva, seja pelos ganhos de escala associados à exportação, seja pelos ganhos de aprendizado. Seu elevado investimento refere-se tanto em capital fixo – com a aquisição de máquinas e equipamentos – quanto aos investimentos voltados à inovação (Gonçalves, 2008).

6 – Análise dos resultados da pesquisa, sugestões e conclusões

Esta dissertação buscou apresentar, de forma empírica, os impactos do IDE chinês no Brasil. Inicialmente fez-se uma relação do contexto histórico das teorias do investimento estrangeiro e do desenvolvimento das relações comerciais entre o Brasil e a China.

A análise dos setores que mais recebem investimentos mostrou que não houve um padrão claro, e sim, o recebimento de recursos em anos diferentes por setor, com objetivos distintos; além de quebrar o paradigma de que os chineses buscavam apenas recursos naturais, como é divulgado pela mídia brasileira. Dada a dimensão do seu território, população e potencial, os chineses também estão interessados no mercado interno brasileiro.

O IDE pode ser melhor aproveitado, desde que seja voltado ao setor exportador, em particular através das cadeias globais de valor e contribua para um aumento do valor agregado da produção. Feita a análise dos investimentos no ano de 2010 no setor primário, notou-se o aumento das exportações. Em anos subsequentes – quando os investimentos destinavam-se ao mercado interno – verificou-se que o volume de exportações não seguiu a tendência dos anos anteriores. Diante disso, uma maneira de reverter esse quadro seria o IDE (voltado ao mercado interno) transferir tecnologia à cadeia produtiva brasileira, principalmente à de produtos manufaturados.

No ano em que o IDE foi direcionado ao consumo interno, viu-se a queda das exportações primárias. Deve-se levar em conta fatores externos – como a recente queda do preço das *commodities*. Contudo, este fato demonstra que não houve agregação de valor às exportações, uma vez que não houve aumento das exportações de bens manufaturados.

De um modo geral, isso sugere que o IDE chinês traz benefícios ao Brasil somente a curto prazo, pois não foram identificados grandes vantagens a médio ou longo prazo. Os investimentos são direcionados ao setor primário e ao mercado interno. Com isso, viu-se as medidas que precisavam ser tomadas pelo governo brasileiro para tirar melhor proveito da situação.

A intensificação das relações comerciais entre os dois países, fizera com que este país se tornasse um dos principais destinos de investimento chinês. Com efeito, a estabilidade econômica brasileira foi um fator decisivo às linhas de crédito chinês.

Para Holland & Barbi, (2010), a ampliação das relações comerciais e políticas trouxera consigo oportunidades para o Brasil a curto prazo. Se elas não forem bem aproveitadas, porém, podem apresentar ameaças futuras: perda do controle estratégico sobre as fontes de energia (petróleo) e recursos naturais (terras e minas) e maior competição das manufaturas chinesas sobre a indústria e mercado brasileiro – o que é um risco, uma vez que grande parte dos investimentos chineses buscam o mercado interno brasileiro, com prejuízo à indústria nacional. Neste caso, a China poderia utilizar o acesso ao mercado brasileiro como “moeda de troca” à transferência de tecnologia.

O chamado “*Efeito China*” tem gerado: i) a especialização regressiva da pauta exportadora – com o aumento da participação relativa dos produtos básicos para a exportação; ii) o significativo *déficit* comercial do Brasil sobre produtos de mais alto nível tecnológico; iii) a perda de participação nas exportações brasileiras a terceiros mercados, como os USA, a Europa e a América Latina, devido à expansão das exportações chinesas. O Brasil possui diversos desafios para que a relação com a China seja de benefício mútuo (Holland & Barbi, 2010). Mas ele necessita ainda regular algumas medidas quanto ao fluxo de entrada de IDE para ganhar maior proveito dos

valores aplicados. O IDE pode desempenhar papel importante na modernização das nações – principalmente com a globalização das economias. O IDE também pode influenciar o crescimento econômico, aumentar o nível de emprego, expandir a mão-de-obra e melhorar a capacidade produtiva e tecnológica do país hospedeiro. Apesar de o Brasil ser o 4º principal destino de investimentos chineses, ainda é necessário um ambiente mais favorável à geração de produção e desenvolvimento local, com fluxos que estimulem as exportações nos setores primário e secundário. Isso iria substituir parte das importações, ou seja, seu desempenho poderia ser mais proveitoso, uma vez que os investimentos poderiam ser voltados para a instalação de bases de produção para o mercado externo, com geração de exportações e ampliação de valor agregado local. Desse modo, o incremento em sua base exportadora, faz com que ele permaneça competitivo entre os demais mercados, principalmente os da América Latina, no qual o Brasil diminuiu sua participação em exportações (justamente para a China). Neste cenário, esta é o maior exportador de tecnologia do mundo, ainda que os produtos que exporta possam não estar na fronteira tecnológica e de inovação, e as multinacionais são as principais fontes de conhecimento de tecnologia, produção e o mercado.

A competição das manufaturas chinesas tendem a gerar um processo de especialização regressiva da estrutura industrial sem que o IDE seja integrado em uma política voltada à indústria ou à forma de acesso ao mercado. Isso pode significar a perda no controle estratégico do Brasil sobre suas fontes de recursos naturais, sem que isso signifique uma maior transferência de tecnologia. Um dos maiores desafios à economia brasileira é pois a difusão tecnológica em sua cadeia produtiva, com maior agregação de valor ao mercado interno – por exemplo, com a substituição das importações de peças e componentes industriais.

Para atrair projetos de investimento prioritários, o governo pode oferecer incentivos específicos: i) a redução de impostos; ii) certos benefícios fiscais e iii) os empréstimos. O IDE pode estimular, portanto, o desenvolvimento econômico do país-alvo, principalmente na modalidade de *greenfield*, desde que tenha a produção destinada ao mercado externo, às compras de insumos tenham fornecedores locais e isso conduza, efetivamente, ao aumento do valor agregado. Com as vendas destinadas ao exterior, ficam asseguradas a adoção de tecnologias modernas e competitivas internacionalmente.

Isso depende, porém, de políticas que favoreçam o fluxo comercial e o crescimento econômico, para manter uma política macroeconômica competitiva, sem perder a estabilidade (que garanta, então, o ambiente constitucional sólido, uma legislação com os objetivos claros, qualitativos e atrativos, além de uma boa infraestrutura).

Sarti & Laplane (2002) *apud* Castro *et al*, 2012 afirmam que nem todo o IDE é favorável à economia. Em certas circunstâncias, esse tipo de investimento pode comprometer a situação externa do país pela balança comercial, com o aumento das importações. Bertella & Lima, (2003) *apud* Castro *et al*, 2012 sustentam ainda que o IDE pode aumentar a concentração do mercado, ao eliminar firmas menores.

Os elevados investimentos no setor bancário, principalmente pelo *ADBC*, *CHEXIM* e *CDB* poderiam representar maior uso do *funding* chinês, sobretudo para aumentar os investimentos em tecnologia, infraestrutura de transporte e mobilidade urbana, ou na cadeia de exploração de petróleo e minérios. Isso auxilia a expansão de sua produtividade. A utilização do *funding* e o IDE poderiam elevar, porém, o passivo externo brasileiro, o que aumentaria a vulnerabilidade externa do país a médio e longo prazo (IPEA, 2011a).

Quanto à indústria, o governo brasileiro poderia utilizar-se de estratégias para enfrentar tais desafios como forma de defesa comercial (*antidumping*), e, principalmente, com a criação de políticas de regulação de IDE, que estejam de acordo com as prioridades da política industrial. No agronegócio, poderiam ser criadas políticas específicas ou acordos que facilitassem a exportação de produtos com maior valor agregado, ao invés de o país exportar apenas grãos não processados.

A relação entre BRICs, especialmente Brasil-China, motivou mudanças na importância do Brasil na economia mundial com a “primarização” das exportações brasileiras, pois a grande procura chinesa por produtos primários alterou o “perfil” das exportações brasileiras, que se redirecionaram a produtos primários e com baixos níveis de processamento (IPEA, 2011a).

Há a ausência de uma política consistente a respeito da atração de investimentos voltada a setores estratégicos ao fortalecimento do comércio externo brasileiro. O governo deve ter cautela, para que concorrentes estrangeiros não dominem o mercado nacional ou local; caso contrário, o país deverá adotar políticas comerciais de defesa para que eles não tenham oportunidade de “abusar” da sua quota de mercado (OECD, 2003). Existe a preocupação a respeito das consequências do IDE sobre as políticas públicas. Os governos podem ser vulneráveis às pressões externas e, consequentemente, aos interesses nacionais. Contudo, estas consequências podem ser tratadas em acordos bilaterais de proteção de interesses.

O Brasil ainda não conseguiu estabelecer uma clara estratégia de associação entre o investimento externo, a ampliação das exportações e o desenvolvimento de novas competências – como a geração de valor agregado local. Também não há uma política específica ao setor industrial, com a regulamentação de regras específicas. Entretanto,

são notáveis as medidas tomadas pelo governo brasileiro em busca de atrair novos investimentos e desenvolvimento de tecnologias, a exemplo do Novo Código da Mineração, o qual visa não somente a regular os investimentos estrangeiros, mas também acrescentar maior valor à cadeia produtiva. Nos últimos anos, os acordos assinados com os chineses mostram o interesse brasileiro em desenvolver áreas estratégicas – a exemplo da instalação de centros de P&D da *Baidu* e *Huawei*, mencionados anteriormente. À medida que a China definiu a sua estratégia econômica, o Brasil ainda carece de objetivos claros e eficazes, sobretudo no setor industrial e de longo prazo. É necessário que o país estipule maiores requisitos de conteúdo local, principalmente na indústria, como peças e componentes automotivos. Isso pode ser produzido localmente, e gerar empregos, distribuir renda, qualificar mão-de-obra e diminuir o volume de importações. Neste sentido, centros de P&D são essenciais a esse processo, mas é necessário também que o Estado continue investindo em educação, pois, com mão-de-obra qualificada, ele será capaz de atrair investimentos e desenvolver o mercado. Futuramente, será inevitável investigar se uma parte dos recursos primários/naturais enviados à China foram reenviados ao Brasil em forma de tecnologia, ou seja, se recebem beneficiamento que poderia ser realizado no próprio país.

Devido ao caráter relativamente recente destas relações, de um ponto de vista histórico, sentimos que demos uma pequena contribuição para o estudo de um assunto internacionalmente relevante, em particular para os dois países e que novas pesquisas são necessárias para um melhor conhecimento de todas as suas implicações.

Referências Bibliográficas

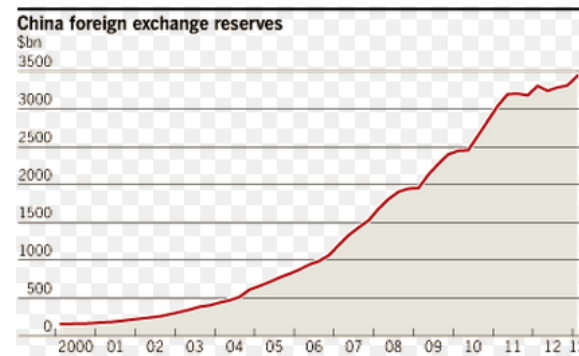
- ACIOLY, L; PINTO, E.C. & CINTRA, M.A.M. (2011). As relações bilaterais Brasil-China: A Ascensão da china no sistema mundial e os desafios para o Brasil. Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: >>www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/5867110408_estudochinaipeamre.pdf<< Acesso em outubro de 2013.
- ARAÚJO, C.A.L. (2012). O IDE chinês no Brasil e os determinantes para a escolha de setores pelas empresas investidoras. Tese de Mestrado. Brasília-DF.
- BRENNAN, L. (2015). The challenges for Chinese FDI in Europe. *Columbia FDI Perspectives*. No 142. Disponível em: >><http://ccsi.columbia.edu/files/2013/10/No-142-Brennan-FINAL.pdf>>> Acesso em março de 2015.
- CARMINATI, J.G.O. & FERNANDES, E.A. (2013). O Impacto do investimento direto estrangeiro no crescimento da economia brasileira. Brasília: *Planejamento e Políticas Públicas*, N°41. Disponível em: >>www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/249<<. Acesso em janeiro de 2015.
- CASTRO, P.G.; FERNANDES, E.A.; CAMPOS, A.C. (2012). Os determinantes do investimento direto estrangeiro no Brasil e no México: Uma análise empírica. UFV, Minas Gerais. Disponível em: >www.tede.ufv.br/tesesimplificado/tde_arquivos/45/TDE-2012-06-12T090609Z-3795/Publico/texto%20completo.pdf < Acesso em Abril de 2014.
- CEBC. Conselho Empresarial Brasil-China (2013). Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012. Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: >>www.cebc.org.br/pt-br/projetos-e-pesquisas/investimentos-chineses-no-brasil/uma-analise-dos-investimentos-chineses-no-brasil-2007-2012<<. Acesso em junho de 2014.
- CEBC. Conselho Empresarial Brasil-China (2014a). Comércio bilateral Brasil-China. Informativo N°19. Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: http://www.cebc.org.br/sites/default/files/informativo_no_19.data_.pdf . Acesso em abril 2014.
- CEBC. Conselho Empresarial Brasil-China (2014b). Boletim de investimentos chineses no Brasil: 2012-2013. Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: >>www.cebc.org.br/pt-br/projetos-e-pesquisas/investimentos-chineses-no-brasil/investimentos-chineses-no-brasil-2012-2013<<. Acesso em junho de 2014.
- CNI. Confederação Nacional da Indústria. (2014). Centros de P&D no Brasil: Uma agenda para atrair investimentos. Brasília: CNI. Disponível em: >>www.portaldaindustria.com.br/cni/publicacoes-e-estatisticas/publicacoes/2014/07/1,41920/propostas-da-industria-para-as-eleicoes-

- 2014-caderno-37-centros-de-p-d-no-brasil-uma-agenda-para-atrair-investimentos.html<<. Acesso em janeiro de 2015.
- CNI. Confederação Nacional da Indústria. (2014). Indústria brasileira tenta atrair investimentos chineses. Brasília: CNI. Disponível em: ><http://www.alemdeeconomia.com.br/blog/?p=14124>< Acesso em janeiro de 2015.
- DUNNING, J.H. (1981) *International Production and the Multinational Enterprise*. London: George Allen & Unwin.
- DUNNING, J.H. (1988). The Eclectic Paradigm of International Production: A Restatement and Some Possible Extensions. *Journal of International Business Studies*.
- FIESP. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (2013). Raio-X das Relações bilaterais Brasil-China. São Paulo-SP. Disponível em >> www.fiesp.com.br>> Acesso em Abril de 2014.
- FOLHA de S. Paulo (2014). China abocanha fatia do Brasil nas importações da Argentina. São Paulo - SP. Disponível em: >><http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/04/1442731-china-abocanha-fatia-do-brasil-nas-importacoes-da-argentina.shtml><< Acesso em maio de 2014.
- GONÇALVES, J.E. (2008). *Desempenho Exportador e Investimento nas Firms Industriais Brasileiras*. Brasília: Ipea.
- GREGORY, D. & OLIVEIRA, M.F.B.A. (2005). O Desenvolvimento de ambiente favorável no Brasil para atração de investimento estrangeiro direto. Disponível em: >><http://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/brazil.atracaodeIED.pdf><<. Acesso em janeiro de 2015.
- HOLLAND, M. & BARBI, F. (2010). China na América Latina: Uma análise da perspectiva dos investimentos diretos estrangeiros. Textos para discussão, nº 247, São Paulo-SP, FGV-EESP.
- HYMER, S.H. (1976). *The International Operations of Nations Firms: A Study of Foreign Direct Investment*, Cambridge, Mass: MIT Press.
- INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2011). Antecedentes da cooperação sino-brasileira. São José dos Campos - SP. Disponível em: >>http://www.cbers.inpe.br/sobre_satelite/historico.php<<. Acesso em janeiro de 2015.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2011a). As Relações bilaterais Brasil-China: A Ascensão da china no sistema mundial e os desafios para o Brasil. Comunicado Nº85, Brasília-DF. Disponível em: >www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=7935<. Acesso em abril de 2014.

- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2011b). Relações comerciais e de investimentos do Brasil com os demais países do BRICS. Comunicado N°86, Brasília – DF. Disponível em: >>www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8008&Itemid=1<< Acesso em abril de 2014.
- ITForum. (2014). Baidu e Huawei terão centros de P&D no Brasil com investimento total de R\$ 320 milhões. Disponível em: >><http://itforum365.com.br/noticias/detalhe/113470/baidu-e-huawei-terao-centros-de-pd-no-brasil-com-investimento-total-de-r-320-milhoes><<. Acesso em janeiro de 2015.
- KRUGMAN, P. & OBSTFELD, M. (2005). *Economia Internacional: Teoria e Política*. São Paulo, Addison Wesley.
- LACERDA, A.C. (2003). Investimentos diretos estrangeiros e políticas de desenvolvimento. São Paulo: Administração em Diálogo. Working Paper N° 5, pp. 11-18.
- LAPLANE, M. & SARTI, F. (1999). Investimento direto estrangeiro e o impacto na balança comercial nos anos 90. Brasília: Ipea. (Texto para discussão N°629). Disponível em: >>www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0629.pdf<< Acesso em abril de 2014.
- OECD. Organization for Economic Co-operation and Development (2003). Incentives-based Competition for Foreign Direct Investment: The Case of Brazil. Working Papers on International Investment. Disponível em: >>http://www.oecd.org/investment/investment-policy/WP-2003_1.pdf<<. Acesso em maio de 2014.
- OECD. Organization for Economic Co-operation and Development (2008). Annual Report. Disponível em: >><http://www.oecd.org/newsroom/40556222.pdf><< Acesso em maio de 2014.
- RFB. Receita Federal do Brasil. (2014). O Investimento Direto Estrangeiro – IDE. Disponível em: >>www.receita.fazenda.gov.br/aduana/IDE/IDEBrasilCuba/ide.htm<< Acesso em dezembro de 2014.
- SÁ, E. (2014). China compra 60 aviões da Embraer. Brasília-DF. Disponível em: >><http://www.dw.de/china-compra-60-avi%C3%B5es-da-embraer/a-17792875><< Acesso em dezembro de 2014.
- SILVA, J.R. & GALITO, M.S. (2014). China's approach to economic diplomacy and human rights (2014): *International Journal of Diplomacy and Economy*, Vol. 2, Nos. 1/2.

- STURGEON, T.; GEREFFI, G.; GUINN, A. & ZYLBERBERG, E. (2013). O Brasil nas cadeias globais de valor: implicações para a política industrial e de comércio. FUNCEX, Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: >>www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/115_TS GGAGEZ.pdf<< Acesso em maio de 2014.
- UNCTAD. World Investment Report (2014). Investing in the SDGs: An Action Plan. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development. Disponível em: >>http://unctad.org/en/publicationslibrary/wir2014_en.pdf<< Acesso em setembro de 2014.
- VALOR Econômico. (2013). BRICs recebem 20% do investimento global em 2012. São Paulo. Disponível em: >> <http://www.valor.com.br/brasil/3058992/brics-recebem-20-do-investimento-global-em-2012-diz-unctad> << Acesso em abril de 2014.
- VERNON, R. (1966). International investment, and international trade in the product cycle. *Quarterly Journal of Economics*, 80 (2).
- WORLD Bank. China 2030 (2012). Building a Modern, Harmonious, and Creative High - Income Society. Conference Edition. Washington DC. Disponível em: >>www.worldbank.org/en/news/feature/2012/02/27/china-2030-executive-summary<< Acesso em novembro de 2014.
- WTO. World Trade Organization (2013). Global value chains in a changing world. Geneva. Disponível em: >>www.wto.org/english/res_e/booksp_e/aid4tradeglobalvalue13_e.pdf<<. Acesso em novembro de 2014.

ANEXOS

*Anexo 1***Gráfico 10 – Reservas Cambiais da China 2000-2013**

Fonte e Elaboração: Thomson Reuters Datastream

*Anexo 2***Tabela II – Dez principais produtos brasileiros de exportação (SITC-3 Dígitos) e sua participação na pauta 2011.**

Produto	Exportações em bilhões de US\$	Part. % no total das exportações	Categoria do produto	Código SITC
Minério de ferro e seus concentrados	41,8	16	PI	281
Petróleo bruto e óleo de minerais betuminosos	21,6	8,4	PP	333
Sementes e frutos oleaginosos, para extração de óleo	16,4	6,4	PP	222
Açúcar e mel	15,0	5,9	PP	061
Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	13,1	5,1	PP	011
Café e substitutos de café	8,7	3,4	PP	071
Alimentos para animais (não incluído cereais não moídos)	6,0	2,3	PP	081
Lingotes e outras formas primárias, de ferro e aço	5,2	2,0	MT	672
Peças de motor e acessórios para veículos, não especificados	5,1	2,0	MT	784
Transações especiais, matérias primas não classificadas de acordo com a classe	5,1	2,0	Outros	931
Total das Exportações	256,0			

Nota: PP = Produto primário; PI = Processamento Intermediário; MT= Média Tecnologia;

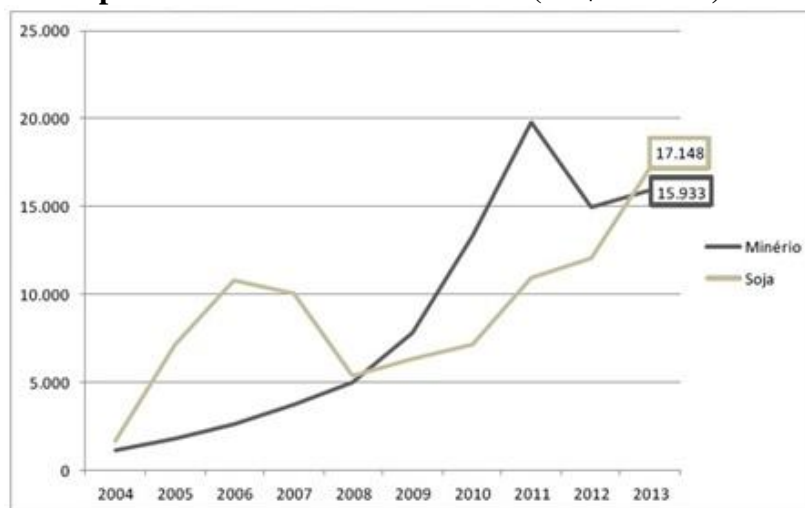
Elaboração própria

Fonte: MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Anexo 3**Tabela III- Balança Comercial entre Brasil e a China em 2013**

	Balança Comercial – (US\$ Milhões)											
	Exportação			Importação			Saldo			Corrente de Comércio		
	2012	2013	Var. %	2012	2013	Var. %	2012	2013	Var. %	2012	2013	Var. %
Acumulado	41.228	46.026	12%	34.251	37.302	9%	6.976	8.724	25%	75.479	83.328	10%

Elaboração própria
Fonte: MDIC

Anexo 4**Gráfico 11 – Evolução comparativa das exportações de minério de ferro e soja para a China entre 2004 e 2013 (US\$ milhões).**

Fonte: MDIC
Elaboração: CEBC

Anexo 5**Tabela IV – Brasil: pauta de exportação para a China 2012 – 2013.**

Exportações	2012		2013		Var. (%) US\$	Var. (%) Ton (mil)	Part. na pauta em 2013 (US\$)
	US\$ (milhões)	Ton (mil)	US\$ (milhões)	Ton (mil)			
Soja, mesmo triturada	12.028	22.886	17.148	32.252	42,6%	40,9%	37%
Minério de ferro e seus concentrados	14.922	169.940	15.933	170.709	6,8%	0,5%	35%
Óleos brutos de petróleo	4.835	6.511	4.035	5.976	-16,6%	-8,2%	9%
Celulose	1.236	2.323	1.578	2.954	27,6%	27,1%	3%
Açúcares	1.084	2.150	1.432	3.496	32,1%	62,7%	3%
Minérios de Cobre	266	97	872	236	227,2%	142,2%	2%
Couros e peles	482	159	638	200	32,4%	26,3%	1%
Óleo de soja	924	788	517	529	-44,1%	-32,8%	1%
Ferro-ligas	558	43	497	57	-11%	32,4%	1%
Tabaco	478	63	454	56	-5%	-10,8%	1%
Carne de aves	493	227	441	190	-10,6%	-16,3%	1%
Aeronaves	876	-	308	-	-64,8%	-	1%

Elaboração própria

Fonte: MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Anexo 6

Tabela V – Brasil: Pauta das Importações 2012-2013

Importações	2012		2013		Var. (%) US\$	Var. (%) Qte (10 mil)	Part. na pauta em 2013 (US\$)
	US\$ (milhões)	Ton (mil)	US\$ (milhões)	Ton (mil)			
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	9.805	4.359.148	10.869	4.961.103	10,8%	13,8%	29,1%
Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	7.930	76.988	8.131	87.552	2,5%	13,7%	21,8%
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	2.009	11.447	2.519	10.570	25,4%	-7,7%	6,8%
Produtos Químicos Orgânicos	1.797	-	2.184	-	21,6%	-	5,9%
Aparelhos e partes para rádio e televisão	1.926	2.356	1.907	2.093	-1,0%	-11,2%	5,1%
Partes e acessórios para máquinas e equipamentos mecânicos	1.639	4.832	1.547	6.782	-5,6%	40,4%	4,1%
Veículos automóveis, tratores, ciclos e suas partes	925	5.035	1.034	7.966	11,9%	58,2%	2,8%
Plásticos e suas obras	888	-	1.005	-	13,2%	-	2,7%
Obras de ferrofundido, ferro ou aço	929	62	1.017	104	9,4%	67,8%	2,7%
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	804	73.109	1.024	93.224	27,3%	27,5%	2,7%
Ferro fundido, ferro e aço	807	-	978	-	21,2%	-	2,6%
Vestuária e seus acessórios, exceto de malha	845	20.865	884	23.169	4,6%	11%	2,4%
Máquinas automáticas para processamento de dados	1.021	6.220	834	6.822	-18,2%	9,7%	2,2%
Máquinas e aparelhos para impressão	558	169	550	122	-1,4%	-27,6%	1,5%
Transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos	508	147.041	537	195.263	5,8%	32,8%	1,4%
Máquinas e aparelhos de ar condicionado	342	68	477	53	39,4%	-21,4%	1,3%
Bombas e compressores de ar ou de vácuo	344	3.591	466	4.115	35,4%	14,6%	1,2%
Aquecedores elétricos de água	427	5.577	449	6.479	4,9%	16,2%	1,2%
Partes e acessórios para veículos automóveis	327	4.608	421	7.605	28,8%	65%	1,1%
Aparelhos para circuitos elétricos	375	246.442	420	280.101	12%	13,7%	1,1%
Lâmpadas e tubos elétricos de incandescência ou de descarga	295	39.514	382	46.027	29,3%	16,5%	1%
Fios, cabos e outros condutores	292	-	338	-	15,5%	-	0,9%
Motores e geradores	233	8.813	286	10.798	22,9%	22,5%	0,8%
Circuito impresso	290	30.032	300	34.843	3,3%	16%	0,8%
Cábreas; guindastes	144	30	312	0,31	16,9%	-99%	0,8%
Partes e acessórios para veículos de duas rodas	255	280	236	273	-7,4%	-2,6%	0,6%
Rolamentos de esfera, de roletes ou de agulhas	168	20.973	193	23.790	14,5%	13,4%	0,5%
Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor	187	850	198	664	5,5%	-21,9%	0,5%
Automóveis de passageiros	50	0,96	115	2,38	130,6%	146,2%	0,3%
Veículos automóveis para usos especiais	94	-	90	-	-4,7%	-	0,2%
Reboques e semi-reboques	32	86	43	46	34%	-46,7%	0,1%
Motocicletas (incluídos os ciclomotores)	72	23	52	18	-28,2%	-22,7%	0,1%
Veículos automóveis para transporte de mercadorias	27	0,54	14	0,32	-48,7%	-40,5%	0%
Tratores	11	6	11	0,91	-0,5%	-85%	0%
Bicicletas e outros ciclos	21	30	17	20	-18,1%	-31,9%	0%

Elaboração própria

Fonte: MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Anexo 7**Tabela VI –Brasil: Principais produtos importados da China (Jan-Mai de 2013)**

Tipo	Participação (%)
MANUFATURADOS	97,7%
Partes de aparelhos transmissores ou receptores	5,2%
Partes de máquinas para processamento de dados	4,4%
Circuitos impressos para aparelhos de telefonia	3,2%
Circuitos integrados	2,7%
Motores, geradores e transformadores elétricos	2,5%
Máq. automáticas para processamento de dados	2,5%
Aparelhos transmissores ou receptores	1,8%
Fornos industriais ou de laboratório, não elétricos	1,8%
Compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas	1,8%
Tecidos de fibras têxteis, sintéticas ou artificiais	1,7%
Aparelhos eletromecânicos ou térmicos, uso doméstico	1,6%
Aparelhos de telefonia celular	1,6%
Bombas e compressores	1,5%
Brinquedos, jogos e artigos para diversão	1,3%
Aparelhos para interrupção e proteção de energia	1,3%
Outros	62,9%
SEMIFATURADOS	0,2%
Manganês bruto	0,0%
Ferro-ligas	0,0%
Sucos e extratos vegetais	0,1%
Outros	0,1%
BÁSICOS	2,1%
Feijão preto em grãos	0,4%
Filés de merluza congelados	0,4%
Alhos comuns frescos e congelados	0,3%
Tripas de animais	0,1%
Produtos ortícolas secos	0,1%
Outros	0,8%

Elaboração própria

Fonte: AliceWeb/MDIC

Tabela VII - Variação nas exportações brasileiras para a Argentina entre 2011 e 2013

Produtos	Variação (%)
Equipamentos de informática, produtos elétricos e ópticos	- 43,2
Derivados do petróleo e de biocombustíveis	- 38,5
Minerais metálicos	- 30,9
Metalurgia	- 24,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	- 17,7
Produtos químicos	- 14,1
Máquinas e equipamentos	- 13,3
Produtos de borracha e de material plástico	- 12,1
Celulose, papel e outros produtos de papel	- 6,3
Veículos	+ 4,5

Elaboração própria

Fonte: CNI e Idec

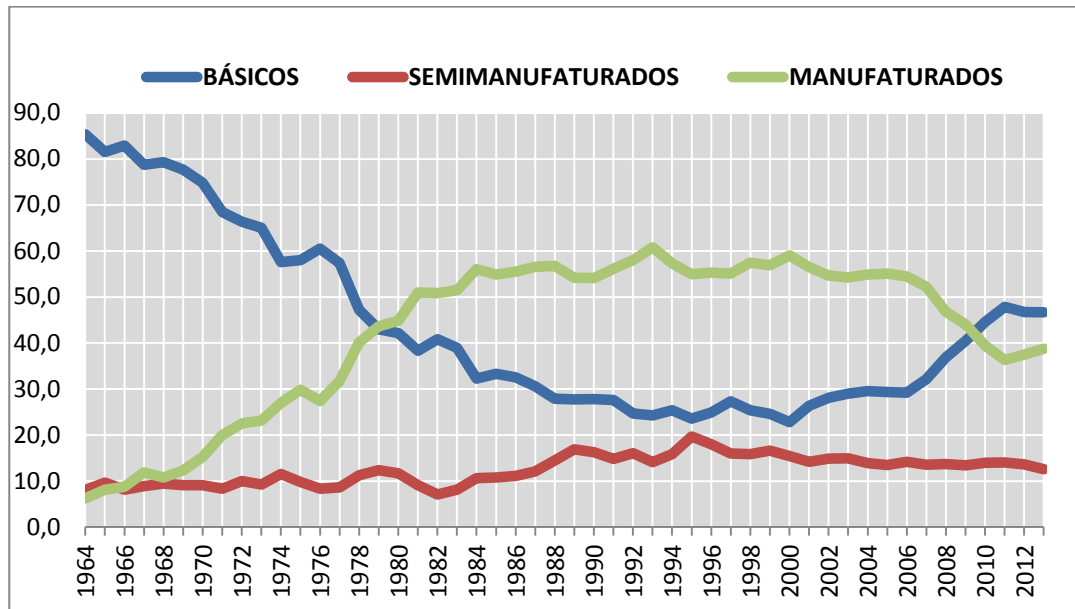
Anexo 8

Tabela VIII - Exportação brasileira por fator agregado: 1964 a 2013 (Valores em US\$ milhões FOB)

Ano	Básicos (%)	Semifaturados (%)	Manufaturados (%)	PIB Brasil	Exp BR – US\$	Exp BR/Exp Mundial (FOB)
1964	85,4	8,0	6,2	21,7	1,4	0,93
1965	81,6	9,7	8,2	22,8	1,6	0,96
1966	82,9	8,1	8,7	28,5	1,7	0,95
1967	78,7	8,9	11,9	31,3	1,7	0,86
1968	79,3	9,5	10,7	34,1	1,9	0,83
1969	77,7	9,1	12,3	37,4	2,3	0,89
1970	74,8	9,1	15,2	42,6	2,7	0,91
1971	68,5	8,3	20,0	49,2	2,9	0,86
1972	66,4	10,0	22,5	58,8	4,0	1,00
1973	65,0	9,3	23,1	84,1	6,2	1,11
1974	57,6	11,5	27,0	110,4	8,0	0,96
1975	58,0	9,8	29,8	129,9	8,7	1,02
1976	60,5	8,3	27,4	154,0	10,1	1,06
1977	57,4	8,6	31,7	177,2	12,1	1,12
1978	47,2	11,2	40,2	201,2	12,7	1,01
1979	43,0	12,4	43,6	223,5	15,2	0,94
1980	42,2	11,7	44,8	237,8	20,1	1,04
1981	38,3	9,1	51,0	258,6	23,3	1,21
1982	40,8	7,1	50,8	271,3	20,2	1,14
1983	39,0	8,1	51,5	189,5	21,9	1,26
1984	32,2	10,6	56,0	189,7	27,0	1,47
1985	33,3	10,8	54,9	211,1	25,6	1,37
1986	32,6	11,1	55,5	257,8	22,3	1,09
1987	30,6	12,1	56,6	282,4	26,2	1,09
1988	27,9	14,5	56,8	305,7	33,8	1,23
1989	27,8	16,9	54,2	415,9	34,4	1,15
1990	27,8	16,3	54,2	469,3	31,4	0,93
1991	27,6	14,8	56,2	405,7	31,6	0,92
1992	24,7	16,1	58,0	387,3	35,8	0,97
1993	24,3	14,1	60,8	429,7	38,6	1,05
1994	25,4	15,8	57,3	543,1	43,5	1,04
1995	23,6	19,7	55,0	770,4	46,5	0,93
1996	24,9	18,0	55,3	840,3	47,7	0,91
1997	27,3	16,0	55,1	871,3	53,0	0,98
1998	25,4	15,9	57,5	844,0	51,1	0,96
1999	24,6	16,6	56,9	586,8	48,0	0,86
2000	22,8	15,4	59,0	645,0	55,1	0,88
2001	26,4	14,2	56,5	553,8	58,3	0,97
2002	28,1	14,9	54,7	504,4	60,4	0,96
2003	29,0	15,0	54,3	553,6	73,2	0,99
2004	29,6	13,9	54,9	663,8	96,7	1,08
2005	29,3	13,5	55,1	882,4	118,5	1,16
2006	29,2	14,2	54,4	1.088,8	137,8	1,16
2007	32,1	13,6	52,3	1.366,5	160,6	1,17
2008	36,9	13,7	46,8	1.650,9	197,9	1,25
2009	40,5	13,4	44,0	1.625,6	153,0	1,25
2010	44,6	14,0	39,4	2.143,9	201,9	1,35
2011	47,8	14,1	36,3	2.475,1	256,0	1,43
2012	46,8	13,6	37,5	2.247,3	242,6	1,35
2013	46,7	12,6	38,7	2.243,1	242,2	1,32

Elaboração própria

Fonte:MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Anexo 9**Gráfico 12 - Exportação brasileira por fator agregado 1964 a 2013 – Part. (%)**

Fonte e Elaboração: MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior